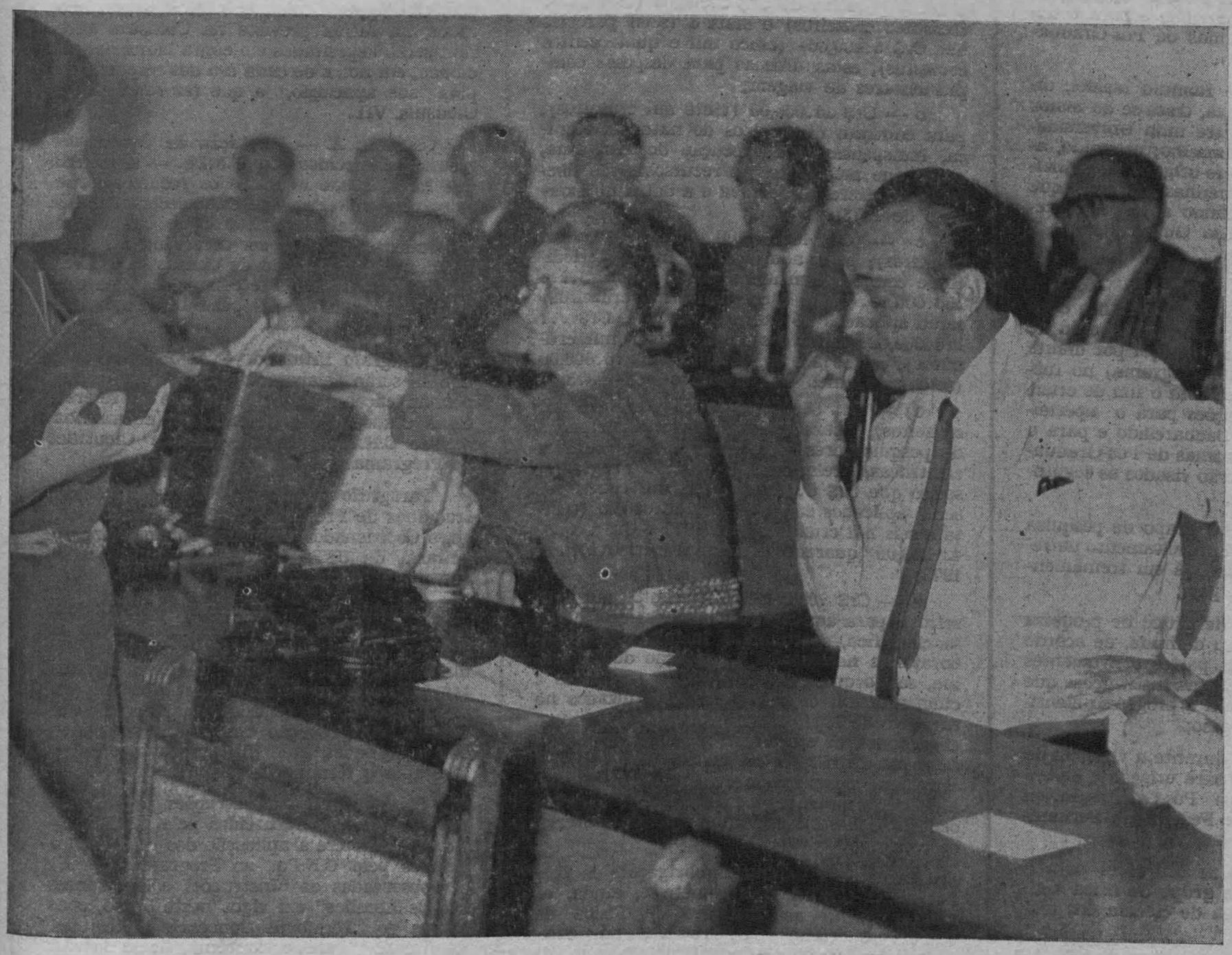
JORNAL UNIVERSITÁRIO

Nº 11 — RECIFE — JULHO — 1971 — ANO III

Escolhida a Lista Sêxtupla para UFPe.



Reunidos extraordinàriamente os Conselhos Universitário e Coordenador de Ensino e Pesquisa, escolheram os seis nomes da lista, já enviada ao Presidente Médici, para nomeação do substituto do reitor Murilo Guimarães. Os eleitos foram os professôres Jônio Lemos, Marcionilo Lins, Guilherme Martins, Maria Antônia Mac Dowell, Fernando Menezes e Lourival Vilanova. Na foto ao lado, aspecto da reunião, quando a professôra Genisa Bulhões, diretora da Faculdade de Farmácia e Bioquímica, depositava o seu voto durante a movimentada reunião. A reunião foi presidida pelo reitor Murilo Guimarães, que conclui seu mandato na primeira quinzena de agôsto. (Mais detalhes nas Pgs. 6 e 7).

Sucupira Fala Sôbre Recursos e Perspectivas Novas do Ensino

O diretor de Assuntos Universitários do MEC, professor Newton Sucupira, afirmou no encontro de Secretários de Educação, que as universidades federais receberam mais de 80% dos recursos orçamentários do MEC, dentro do programa de expansão.

Segundo o professor Sucupira, êsses recursos — num total de Cr$ 1 bilhão e 84 milhões — não são muito grandes como parecem, se fôr considerado o número de universidades atendidas e lembrado que só a Universidade de São Paulo, que é estadual, tem orçamento superior ao da Universidade Federal que recebe a maior dotação do MEC.

ESCOLAS TAMBEM

Os recursos do Departamento de Assuntos Universitários não destinados também a escolas federais isoladas e a escolas particulares que recebem subvenção do MEC. O professor Sucupira discriminou a distribuição dos recursos que destina, entre outros, Cr$ 33 milhões para escolas particulares, Cr$ 4 milhões para a pesquisa, Cr$ 10 milhões para expansão de matrículas e Cr$ 102 milhões para pagar professôres com tempo integral e dedicação exclusiva que recebem fora dos orçamentos das universidades.

Disse o professor Sucupira que a expansão do ensino superior no Brasil — êste ano ultrapassamos os 500 mil estudantes — não deixa de causar outros problemas, pois "cada vez que se atende a expansão em um grau ela repercute nos demais". Citou a seguir o exemplo do ensino médio, que, com 4 milhões e 760 mil alunos, também precisa ser atendido.

O número de matrículas tende a crescer cada vez mais: em 1973 o Brasil terá 850 mil estudantes universitários quando a previsão do Govêrno era de 562 mil. Embora afirmando que a demanda de vagas em universidades é cada vez maior o diretor do DAU afirmou que "pela primeira vez poderemos dizer qual a procura real em relação ao número de vagas oferecidas".

A partir de 1972 isso poderá ser feito graças à unificação de datas dos vestibulares que impedirá que o mesmo estudante se inscreva em várias escolas, formando falsas as estatísticas. "Na ocasião da reforma universitária verificamos que em São Paulo havia alunos que se inscreviam em sete vestibulares. Normalmente nos cursos de Engenharia e Medicina cada aluno faz três ou quatro vestibulares".

Todos os levantamentos existentes levam em conta apenas o número de inscrições, já que é muito difícil apurar exatamente quais os alunos que fazem mais de um vestibular. O professor Sucupira afirmou aos Secretários que a nossa situação "não é assim tão inferior, pois o problema do Brasil é má distribuição, já que existem escolas que representam maior número de vagas do que de candidatos inscritos".

VESTIBULAR

A unificação do vestibular pretende a racionalização da admissão à universidade e não acabar dràsticamente com a figura do "excedente", declarou o professor Sucupira. O que o MEC pretende eliminar é que se multipliquem casos de alunos aprovados que não são aproveitados por falta de vagas e que acabam entrando com processo na Justiça e ganhando causa. O vestibular classificatório considera os candidatos aprovados de acôrdo com o número de vagas.

O Ministério da Educação quer acabar também com outro problema decorrente dos excedentes: as universidades que elaboram seus planos anuais apenas depois dos vestibulares e pretendem negociar excedentes com o MEC, alegando que "se lhes fôr dado mais dinheiro absorvem mais 80 alunos".

Sôbre os cursos de pós-graduação, o professor Sucupira disse aos Secretários que "êles são destinados a elites intelectuais, para assegurar a expansão qualitativa no ensino superior e o desenvolvimento no Brasil". Destacou ainda que o curso visa a desenvolver a capacidade dos que realmente a têm.

Levando em conta que a pós-graduação é um sistema caro, que não pode ser desenvolvido individualmente por cada universidade, o Departamento de Assuntos Universitários planejou os centros regionais de pós-graduação, que atendam a cada área somando esforços e recursos. Como êsses centros terão a participação de várias entidades, uma comissão em nível nacional coordenará as atividades.

Comissão Opina Para Concluinte Fazer Estágio

Os alunos de Medicina de todo o país poderão ser obrigados a realizar estágios em cidades do interior quando estiverem no sexto ano, caso seja aprovada a sugestão que a recém-formada Comissão de Ensino Médico do MEC pretende apresentar ao Conselho Federal de Educação.

A comissão vai reunir-se sob a presidência do professor Newton Sucupira, que solicitará dos demais membros, além da apuração de irregularidade em algumas escolas, "um trabalho construtivo que contribuiu para o aperfeiçoamento do ensino médico no Brasil".

A comissão, formada por oito professôres de várias faculdades de Medicina, tinha sua primeira reunião marcada para a semana passada, mas como alguns membros ficaram impossibilitados de comparecer, o MEC decidiu adiar o encontro para esta semana. O professor Newton Sucupira adiantou alguns assuntos a serem abordados na reunião, que tratará principalmente do estabelecimento das normas que orientarão seu trabalho.

FIRMADO CONVÊNIO UFP/CNPq PARA DESENVOLVER A FÍSICA NA REGIÃO

Importante convênio acaba de ser celebrado entre a Universidade Federal de Pernambuco (Instituto de Física) e o Conselho Nacional de Pesquisa, destinado ao desenvolvimento de um programa de pesquisas no Instituto de Física dessa Universidade, com o fim de criar condições para o aperfeiçoamento do curso de Bacharelado e para o desenvolvimento de programas de Pós-Graduação em Física, na Região.

Segundo o professor Rômulo Maciel, diretor do Instituto de Física, trata-se do maior convenio já celebrado entre uma Universidade brasileira e aquele Conselho, presidido, atualmente, pelo general-de-brigada engenheiro militar Arthur Mascarenhas Façanha, que o representou, no ato, sendo a UFPe. representada pelo reitor Murilo Guimarães.

AS CLÁUSULAS

Cláusula I — **Objeto** — O presente Convênio tem por objetivo o desenvolvimento de um programa de pesquisas (daqui por diante denominado simplesmente Programa) no Instituto de Física da UFPe., com o fim de criar, nessa instituição, condições para o aperfeiçoamento do curso de Bacharelado e para o estabelecimento de programas de Pós-Graduação em Física. Assim, serão visados os seguintes objetivos principais.

a) Nucleação de novo grupo de pesquisa e ensino em física, com aproveitamento de recursos humanos da regiao, já em treinamento em outros centros do país;

b) estabelecimento de grupo de pesquisa em área de trabalho bem definida, de acôrdo com o planejamento das partes convenientes e, a critério destas, de outras instituições que venham a contribuir para o progresso científico e tecnológico da região;

c) estabelecimento, durante a vigência do Convênio, de condições para criação e desenvolvimento de cursos de Pós-Graduação em Física, na Universidade Federal de Pernambuco;

d) estabelecimento de condições para a criação, no Nordeste, de grupo de física aplicada e pesquisa, na área de ciência dos materiais.

Cláusula II — **Vigência** — O presente Convênio vigorará a partir de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 1973, podendo tal prazo ser alterado, de comum acôrdo entre as partes.

Cláusula III — **Pessoal contratado pela UFPe.** — Para a realização do Programa, objeto dêste Convênio, a UFPe. compromete-se a contratar, com recursos próprios, observado o disposto na Cláusula IV, durante a vigência do Convênio, o pessoal seguinte: um número mínimo de 3 (três) Pesquisadores com Doutoramento, **na categoria de Professor Titular em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, que deverão ser contratados até o dia 1º de janeiro de 1972;** um número minimo de 5 (cinco) Pesquisadores com Mestrado, **na categoria de Professor Adjunto, em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, que deverão ser contratados ainda no exercício de 1971.** Compromete-se, ainda, a UFPe., a contratar o seguinte pessoal administrativo: a partir de 1971, 1 (uma) secretária e 1 (uma) bibliotecária; a partir do ano de 1972, 1 (uma) secretária bilingue, 2 (dois) Técnicos de Laboratório; e a partir de 1973, outra bibliotecária e 1 (um) programador de computador.

Parágrafo Único — O grupo de pesquisadores, acima referido, será escolhido de comum acôrdo entre as partes convenentes.

Cláusula IV — **Contribuição financeira do C.N.Pq.** — A título de auxílio financeiro para a realização do Programa, objeto dêste Convênio, o C.N.Pq. compromete-se a contribuir com a importância total de Cr$ ..... 1.475.000,00 (hum milhão quatrocentos e setenta e cinco mil cruzeiros), que será aplicado da forma abaixo discriminada:

a — Cr$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil cruzeiros), como auxílio para instalação moradia e família, referente à contratação dos 3 (três) Professores Titulares, mencionados na cláusula anterior, sendo que metade dessa importancia será aplicada no exercicio de 1972 e a outra metade no exercicio de 1973, correspondendo ao montante de 72 (setenta e duas) parcelas de Cr$ 3.300,00 (tres mil e trezentos cruzeiros) e mais 6 (seis) parcelas de Cr$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos cruzeiros), estas últimas para despesas complementares de viagem;

b — Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), para contrato de serviços de natureza tecnica, indispensaveis a execução do Programa, sendo que metade dêsses recursos serao liberados no exercicio de 1972 e a outra no exercicio de 1973;

c — Cr$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), para aquisição de livros, periódicos e coleções cientificas, sendo que Cr$.... 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) serao aplicados no exercicio de 1971, Cr$.... 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil cruzeiros), em 1972 e os restantes Cr$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros), em 1973;

d) — Cr$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzeiros), para intercâmbio e participação de pesquisadores, em congressos e reuniões cientificas, relacionadas com o Programa, sendo que Cr$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) serao aplicados em 1971, Cr$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros) em 1972 e Cr$ ..... 43.000,00 (quarenta e três mil cruzeiros), em 1973;

e — Cr$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), para aquisição de material de pesquisa cientifica, destinada à instalação dos Laboratórios necessários à execução do Programa, sendo que, Cr$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros), serão utilizados no exercício de 1971, Cr$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros) serão utilizados no exercício de 1972 e Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) no exercício de 1973. Dêsse total, a importância correspondente a 10% (dez por cento) se destinará à aquisição de material de consumo.

Cláusula V — **Outras obrigações do C.N. Pq.** — O C.N.Pq. compromete-se, ainda, a manter junto ao Instituto de Física da UFPe.: 6 (seis) bolsistas, na categoria de Iniciação Cientifica, no ano de 1971; 8 (oito) bolsistas, da mesma categoria, em 1972 e 10 (dez) bolsistas, também da mesma categoria, em 1973. Compromete-se, também a enviar a êsse Instituto 2 (dois) Pesquisadores-Conferencistas em 1971, 4 (quatro) em 1972 e 4 (quatro) em 1973.

Parágrafo Único —O C.N.Pq fornecerá, ainda, 1 (uma) passagem aérea, classe turista, de ida e volta entre Recife, Estado de Pernambuco, e o local em que estiverem radicados os (três) Professôres Titulares referidos no **caput** da Cláusula III.

Cláusula VI — **Coordenação Científica do Programa** — A Coordenação Científica do Programa caberá a um pesquisador brasileiro, com Doutoramento, escolhido de comum acôrdo entre as partes convenentes, ficando êsse Coordenador diretamente responsável pelo desenvolvimento científico do Programa, de acôrdo com os objetivos referidos na Cláusula I.

Cláusula VII — **Administração dos recursos fornecidos pelo C.N.Pq.** — Os recursos fornecidos pelo C.N.Pq., conforme previsto na Cláusula IV, serão administrados da seguinte forma: ao Diretor do Instituto de Física da UFPe., ou pessoa que êste vier a indicar, caberá a aplicação dos totais referidos nas alíneas **a** e **c** da Cláusula IV, cabendo-lhe integral responsabilidade pela administração de tais recursos; ao Coordenador Científico, e sob sua integral responsabilidade, caberá à aplicação dos totais referidos nas alíneas **b, d** e **e**, da citada Cláusula.

Cláusula VIII — **Liberação dos recursos fornecidos pelo C.N.Pq.** — A liberação e aplicação dos recursos fornecidos pelo C.N.Pq., referidos na Cláusula IV, far-se-ão de acôrdo com o Plano de Aplicação de Recursos, e suas alterações, conforme consta do Proc. C.N.Pq. nº 9.379/70, referido no Preâmbulo dêste, e com os Cronogramas de Desembôlso, a serem submetidos à aprovação do C.N.Pq., pelo Coordenador Cientifico do Programa.

Cláusula IX — **Depósito dos recursos fornecidos pelo C.N.Pq.** — Os recursos fornecidos pelo C.N.Pq., à medida que forem sendo liberados, na forma prevista na Cláusula anterior, serao depositados em conta bancaria vinculada, em nome de cada um dos responsáveis pela sua aplicaçao, a que faz referencia a Clausula VII.

Cláusula X — **Prestação de Contas dos recursos fornecidos pelo C.N.Pq.** — À medida que forem sendo liberados os recursos fornecidos pelo C.N.Pq., este estabelecera a época e condições para a Prestaçao de Contas correspondente, devendo ser observadas as "Instruções para Prestaçao de Contas" aplicáveis aos auxilios usualmente concedidos pelo C.N. Pq., e que ficam fazendo parte integrante dêste Convênio.

Parágrafo Primeiro — As Prestações de Contas serão elaboradas pelos responsáveis pela aplicação dos recursos, a que faz referência a Clausula VII, devendo ser encaminhadas ao C.N.Pq., pelo Coordenador Cientifico do Programa.

Parágrafo Segundo — Para realização dos trabalhos de Prestação de Contas, a seu cargo, o Coordenador Científico do Programa solicitará da UFPe. o pessoal administrativo que julgar necessário.

Cláusula XI — **Relatórios** — O Coordenador Científico compromete-se a enviar ao C.N.Pq., semestralmente, ou sempre que lhe fôr solicitado pelo C.N.Pq., relatório circunstanciado sôbre o desenvolvimetno do Programa, bem como um relatório final, com as conclusões, comprovação dos objetivos alcançados e sugestões, até 45 (quarenta e cinco) dias após o término da vigência Convênio.

Cláusula XII — **Instruções para aplicação dos recursos fornecidos pelo C.N.Pq.** — No que se refere à aplicação dos recursos fornecidos pelo C.N.Pq., ao Programa, deverão ser observadas as "Instruções sôbre Concessão de Auxílios" em vigor neste órgão, constantes do "Têrmo de Concessão e Aceitação de Auxílio", e que também, ficam fazendo parte integrante dêste Convênio.

Cláusula XIII — **Vinculação do pessoal** — O pessoal a ser utilizado pela U.F.Pe., na realização do Programa, não terá com o C.N. Pq. qualquer relação contratual, estatutária ou de outra natureza.

Cláusula XIV — **Modificação/Rescisão/ Suspensão** — Este Convênio poderá ser modificado, de comum acôrdo entre as partes, mediante a assinatura de Têrmos Aditivos; poderá ser rescindido, em virtude de descumprimento, por qualquer das partes, de alguma de suas Cláusulas, devendo a parte inadimplente ser cientificada, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias; poderá ser suspenso, por parte do C.N.Pq., e relativamente aos compromissos financeiros assumidos pelo citado órgão, pela superveniência de norma legal ou de determinação administrativa superior, que, de alguma forma, venha a impedir o seu cumprimento.

Cláusula XV — **Verba** — As despesas do C.N.Pq. decorrentes dêste Convênio, correrão à conta da Verba 3.2.7.9. — Auxílios Bôlsas — Formento à Pesquisa.

Cláusula XVI — **Fôro** — Para as questões oriundas ou decorrentes dêste Convênio e que envolvam interêsses do C.N.Pq., quando não resolvidas administrativamente, fica eleito o fôro da sede dêste órgão.

E por haverem assim convencionado, firmam o presente em 5 (cinco) vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas, declarando as partes que aceitam o presente em todos os seus têrmos, cláusulas e condições obrigando-se, mùtuamente, a respeitá-los, e a cumprí-los por si e seus sucessores.

JORNAL UNIVERSITÁRIO

Nº 11 — Recife — Julho — 1971 — Ano III

NOSSO PRIMEIRO REITOR

de PALHARES MOREIRA REIS

Da Faculdade de Direito do Recife, única entidade federal de ensino superior aqui existente, em 1946, saiu a Universidade. Nêste núcleo, veio também buscar, o Ministro Ernesto de Souza Campos, o primeiro Reitor, chamando ao Rio de Janeiro o Diretor da Casa que foi de Tobias Barreto e de Joaquim Nabuco. Alí chegando, êste Diretor recebeu a incumbência de organizar a Universidade tão sonhada e, também, assumindo a função provisória e cumulativamente com a sua diretoria, de exercer a Reitoria para dar-lhe concreteza e vida. Êste homem, a quem o Ministro não conhecia pessoalmente, porém cujos trabalhos já tinham chegado ao seu conhecimento, era o Professor Joaquim Ignacio de Almeida Amazonas, Reitor de 1946 até sua morte, pela recondução sucessiva do seu nome, graças ao consenso dos seus pares, à cabeça da lista, então tríplice, organizada em Conselho Universitário e à escolha pelo Presidente da República.

E quem foi Joaquim Amazonas?

Na Casa Grande do Engenho do Meio — histórica mansão de Fernandes Vieira, já vinculada aos destinos pátrios desde o tempo das guerras holandesas, — localizada entre a Iputinga e a Várzea do Capibaribe, nasceu aos 7 de abril de 1879, Joaquim Ignacio, filho de conhecido advogado do fôro recifense, Antônio Amazonas de Almeida, e de sua consorte, Dona Maria de Brito Bastos Amazonas de Almeida.

No Recife, cidade que sempre esteve presente no seu pensamento, cresceu e fêz seus preparatórios. Uma vez terminados os estudos humanísticos, ingressou na já tradicional Faculdade de Direito do Recife, onde recebeu o gráu de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, aos 7 de dezembro de 1901.

Seguindo o exemplo paterno, logo se iniciou no exercício da advocacia, mantendo desde aquela época sua banca de advogado e especializando-se em Direito Privado e Ciências Econômicas.

Ainda não tinha completado cinco anos de sua colação de gráu, já postulava um lugar no corpo docente da sua Faculdade, num concurso para professor substituto da primeira secção — a qual compreendia àquela época o Direito Romano e a Filosofia do Direito.

Teve como resultado sua aprovação, mas não foi, contudo, indicado para o pretendido posto. Isto leva-o a apresentar-se, no ano seguinte, a novo concurso, desta vez para Direito Civil, ou seja, a quinta secção. Novamente aprovado, tem sua indicação assegurada, mas não a nomeação. Em 1909, então, submete-se a um terceiro exame, para o cargo de professor substituto da sétima secção — Direito Comercial, onde é aprovado. Feita a indicação, vem como secompensa a almejada nomeação, pelo decreto de 26 de agosto daquele ano. Era o início da carreira de magistério superior. Logo no mês de dezembro seguinte atinge o ponto culminante, com a promoção, dentro das normas vigentes, para o cargo de Professor Catedrático de Direito Comercial.

A partir da sua designação como professor substituto, foi por várias vezes chamado a suprir a ausência dos titulares das cátedras, assumindo a regência de cadeiras, nas vacâncias dos professores Samuel Mac-Dowell, Augusto Vaz e Constâncio Pontual. Mesmo no exercício de sua cadeira, não se limitou aos trabalhos curriculares, tendo ministrado, por várias vezes, cursos especiais, sem prejuizo da explicação das matérias do seu programa.

Junto a estas atividades de professor do curso de bacharelado, também ensinou no curso de Doutorado da velha escola, desde a sua instalação em 1931, até sua extinção de 1937. Nesta escola de altos estudos, explicou, primeiramente, o Direito Civil Comparado e, depois, a Ciência das Finanças.

Além da sua atividade de advogado e do exercício do magistério, participou ativamente da vida política, sendo eleito para a Câmara dos Deputados e para o Senado estadual, entre 1928 e 1930. Também ocupou vários cargos técnicos de educação, nos conselhos superiores de ensino do país. Designado pela Congregação da Faculdade de Direito, estudou os projetos de reforma do ensino superior em 1923 e em 1944. Ativo membro do Instituto Arqueológico, foi seu presidente.

Decorrência da sua vida profissional, exerceu a presidência do Conselho Penitenciário e da secção de Pernambuco da Ordem dos Advogados do Brasil. Na elaboração do Código de Ética Profissional teve destacada atuação. Também foi presidente, durante tôda a existência daquele organismo, da Comissão Mixta de Julgamento, do Ministério do Trabalho. Da sua fôlha de serviços, consta ainda que foi membro do Conselho de Justiça e Economia e do Departamento Administrativo do Estado.

Na Faculdade de Direito do Recife, foi por várias vezes conduzido ao Conselho Técnico-Administrativo e, por duas vezes exerceu interinamente a Diretoria da Faculdade. Foi nomeado diretor efetivo em 23 de agosto de 1945 e aí o encontrou o movimento de criação da Universidade, iniciado pelo Professor Souza Campos.

Teve a surpresa de ser chamado ao Rio pelo Ministro, para cuidar da organização da Universidade. Por fôrça do decreto-lei de criação, assume a direção da nova entidade, convoca o Conselho Universitário e, nesta primeira reunião, é eleito e logo depois nomeado Primeiro Reitor da Universidade do Recife (23 de julho de 1946). Deixa, então, a Diretoria da Faculdade no dia 27 seguinte, para tomar posse do seu novo cargo, perante o Ministro da Educação, a 1º de agôsto.

Reunidas as cinco escolas iniciais, instalada a Universidade na data magna do ensino brasileiro, afasta-se do exercício de sua cadeira, mas só vem a ser aposentado do cargo de Professor de Direito Comercial em 7 de abril de 1949, compulsòriamente. Nesse dia, comparece à Faculdade de Direito e, perante a turma do 1º ano de bacharelado, professa sua aula de despedida. Mais tarde, os alunos daquela turma, entre os quais o autor destas notas, vão incorporados à Reitoria, homenagear o professor que se afastava, no transcurso do seu 70º natalício.

No mesmo ano de 1949 é reconduzido ao cargo de Reitor. Ano marcante para o desenvolvimento da Universidade, pela incorporação de novas unidades, a Escola Superior de Química e a Faculdade de Ciências Econômicas, pela federalização de duas das existentes, Engenharia e Medicina, e início dos trabalhos de planejamento da grande obra que é a Cidade Universitária.

Justa homenagem recebeu, no dia 7 de dezembro de 1951, quando a Universidade lhe confere o título de Doutor honorário e a Faculdade de Direito o galardão de Professor Emérito, no transcurso do cinquentenário de sua formatura, numa bela reunião da Assembléia Geral Universitária.

Os seus trabalhos em prol da cultura atravessaram as fronteiras do país, depois de terem ultrapassado os limites da nossa região. Tanto assim que os govêrnos estrangeiros também resolveram recompensá-lo por êstes serviços, enviando-lhe as suas mais destacadas condecorações. Primeiramente, a França, conferindo-lhe o gráu de Oficial da Legião de Honra (e no seu octogésimo aniversário, entre as manifestações de apreço, o gráu de Comendador da mesma Ordem Nacional). Também a Suécia, remetendo o Rei Gustavo a comenda de Oficial da Estrêla Polar. O Vaticano, a de São Gregório Magno, entre as bênçãos do Papa Pio XII. Também a Universidade de Pavia remeteu-lhe sua comenda, entregue em Assembléia Universitária pelo Professor Raphaele Ciferri.

Atestado das suas realizações em favor da Universidade, vemos o progresso das suas unidades, no desdobramento dos antigos cursos mais destacados em entidades autônomas, com os de Farmácia, Odontologia e Arquitetura, a criação de institutos dedicados à pesquisa científica — elemento indispensável para a criação do espírito universitário — como os de Antibióticos, Biologia Marítima e Oceanografia, Cardiologia, Física e Matemática, Fisiologia e Nutrição e Micologia, e os convênios de outras entidades com a Universidade do Recife para o desenvolvimento da cultura na região nordestina. Mais importante, ainda, no entanto, está a renovação da confiança pelo Conselho Universitário e pelo Presidente da República, em reconduzi-lo sucessivamente ao cargo de Reitor, em 1949, em 1952, em 1955 — quando completou, no décimo aniversário da Universidade, em 1956, 10 anos de Reitorado e, em 1958, quando foi eleito pela unanimidade do Conselho Universitário, estando todos os seus membros presentes.

Reitor foi até os últimos instantes de sua vida. Pouco depois de completar 80 anos de vida, com 50 de magistério e 13 de reitorado, veio a falecer a 8 de junho de 1959. Sua imagem está perpetuada, no bronze, no hall da Reitoria, na Avenida dos Reitores na Cidade Universitária e na memória daqueles que, correligionários ou não, ajudaram-no a construir a então denominada Universidade do Recife.

Nada mais lógico do que a inclusão de homenagem à sua memória, no ano em que a Universidade Federal de Pernambuco está comemorando seu jubileu de Prata, e por ocasião do 12º aniversário de seu falecimento.

Brasil: Democracia e Desenvolvimento

No momento em que tendências neo-isolacionistas se apoderam de amplos setores da opinião pública norte-americana, em função das quais se formulou a política que provoca a mobilização das fôrças regionais e a formação de lideranças continentais, não podemos imaginar um outro meio de manter o equilíbrio do poder mundial senão a aceitação da crescente e decisiva responsabilidade que potências-chaves das diversas regiões — Japão no Extremo Oriente, a Pérsia, no Golfo Pérsico, a Europa Ocidental possivelmente unida, no Velho Continente e o Brasil na América Latina — assumem para garantir a paz, a ordem e o domínio das leis internacionais em suas zonas de influência, onde, graças ao funcionamento da Lei de capilaridade política, seu poder e sua prosperidade, naturalmente farão valer seu pêso.

Pro enquanto, trata-se apenas de prognósticos sôbre uma natural evolução política que estadistas de alto nivel terão de estimular e de promover. Mas, desde já, é com grande satisfação que vemos líderes políticos e órgãos da grande imprensa ocidental, que raramente se interessam pelos aspectos positivos do nosso País, reconhecerem, sem reservas, o rápido desenvolvimento industrial e económico do Brasil, que se tornou "um centro de estabilidade em meio a tempestade de agitação populista, nacionalista ou esquerdista, que assola o Continente", e que será "a potência dominante da América do Sul, em futuro próximo", e, consequentemente, "uma potência mundial".

"O recente desenvolvimento econômico do Brasil, suas dimensões e seus recursos naturais, convertem-no numa potência mundial em perspectiva, ou, pelo menos, numa potência continental. Tendo atingido essa fase, a natureza das coisas parece indicar que o Brasil exercerá liderança sôbre os seus vizinhos continentais" O que embaraça os nossos vizinhos e ainda mais os inimigos dos valores e dos padrões do Ocidente é que, para obter seus êxitos, o Brasil não tentou nenhuma experiência socialista ou socializante, como também não embarcou em nenhuma demagogia salarial e desenvolvimentista, mas segue uma política financeira sadia, bem brasileira, da "desinflação controlada gradualista" combinada com o desenvolvimento econômico, garantindo a iniciativa particular e o capital particular, nacional e estrangeiro. Assim se prepara o Brasil para uma liderança que consistirá, precípuamente, no exemplo atrativo de um autêntico e bem sucedido desenvolvimento e, mais ainda, na firmeza com que defenderá, mesmo no plano continental, os valores e os padrões a que deve seu agigantamento.

Aumenta, todos os dias, o número de líderes políticos e de órgãos da imprensa ocidental que começam a descobrir que o Brasil está prestes a se tornar a potência líder da América Latina e, consequentemente, uma das grandes potências do mundo contemporâneo, graças ao que se considera corretamente como o "milagre econômico brasileiro". Êsses políticos e êsses órgãos de imprensa não tardarão a descobrir, também as consequências dessa evolução na consolidação do equilíbrio de poder neste Continente e no mundo inteiro, em detrimento daquelas fôrças continentais e internacionais que se empenham em subvertê-lo em benefício do poder soviético "socialista". Há alguns que interpretam a absoluta autonomia e a soberania dos países da América Latina — que é produto e fator da redução da influência, outrora predominante, que os Estados Unidos exerciam sôbre as relações interamericanas — como um VÁCUO DE PODER que se criou no Continente latino-americano e que a União Soviética gostaria de preencher com seu próprio poder imperialista. Todavia, a ascenção do Brasil à posição de potência líder da América Latina virá desmentir qualquer suposição prematura sôbre a formação de um vácuo de poder neste Continente.

O crescimento econômico e industrial do Brasil, como fruto de uma autêntica revolução capitalista ou, se quiserem, neocapitalista — experiência inédita no chamado "terceiro mundo" — e não a instalação de um regime militar com suas práticas ditatoriais (que não podem escandalizar os totalitários da esquerda) que explica a violência da campanha que se desenvolve no Exterior contra o govêrno brasileiro, inspirada pelos totalitários da esquerda. A formação de um Estado próspero e poderoso no coração da América Latina, cobrindo 47% do território deste Continente, que terá de se transformar num centro de atração que mais cedo ou mais tarde terá que irradiar suas idéias e fórmulas de desenvolvimento para os outros países do Continente, potencialmente representa uma garantia de que a desordem e o caos não se estabelecerão em todo o Continente latino-americano e de que o imperialismo soviético comunista, que levantou a bandeira da "experiência socialista", se chocará com uma fôrça capaz de deter seu ímpeto expansionista Aliás, esta evolução política da América Latina, que fatalmente consagrará a liderança do Brasil, confiando-lhe responsabilidades regionais pela valorização efetiva e hoje já em curso das suas potencialidades geográficas, históricas, demográficas, culturais, industriais e tecnológicas, está de acôrdo com a natureza do sistema de relações que preside o convívio entre os Estados ocidentais.

Crutac-Pe Tem Mais Recursos

Ao regressar de Brasília, últimamente, a professôra Haidée Teixeira anunciou que o Ministério da Educação e Cultura liberou mais uma parcela de verba para a expansão dos trabalhos do CRUTAC-Pe., ao mesmo tempo que conseguiu, daquele Ministério, máquina fotocopiadora, mimeógrafo, máquina de escrever, projetor, gravador, além de farto material didático incluindo literatura sôbre moral e civismo, dicionários atlas, etc. Tudo isso para impulsionar os trabalhos de interiorização da Universidade Federal de Pernambuco, através do órgão cuja coordenação está à frente.

"É imprescindível reafirmar — declarou a professôra Haidée — que cada vez que despachamos com o ministro Jarbas Passarinho, mais aumenta nossa responsabilidade à frente do nôvo órgão de interiorização da UFPe. O CRUTAC-Pe. sensibilizou imensamente o senhor ministro, não apenas pela dinâmica do seu trabalho, como também pelo sentido de continuidade das atividades dos universitários estagiários concluintes dos diversos cursos da Universidade numa caminhada em busca da autêntica integração universitária com a comunidade".

Afirmou ainda a coordenadora do órgão que promove a interiorização da UFPe., que "tudo isso representa estímulo que implicam numa necessidade interior de crescentes rendimentos. Nossos jovens universitários, que tanto nos têm ajudado, bem merecem melhores condições para desenvolver a contento seus estágios em função de resultados mais rápidos e positivos".

No Rio de Janeiro a representante da Universidade Federal de Pernambuco despachou com o FUNRURAL, oportunidade em que concluiu entendimentos para a extensão do programa do CRUTAC-Pe. em mais dois municípios pernambucanos: Maraial e Catende, na zona da Mata Sul do Estado, 'o que nos anima a continuarmos firmes na perspectiva de, dentro em breve, ampliarmos ôs trabalhos do órgão da Universidade a todo interior de Pernambuco".

JORNAL UNIVERSITÁRIO

Diretor
Ariano Suassuna

Editor Geral
César Leal

Secretário de Redação
Carlos Garcia

Chefe de Reportagem
Manoel Neto Teixeira

Repórteres
Angela Delouche, Francisco Delgado e Moacir Castro

Diagramação
Josias Florêncio

Editado mensalmente pelo Departamento de Extensão Cultural.

Livros, cartas e colaborações de professôres e alunos da UFPe., devem ser enviadas para a Redação do Jornal Universitário:

Reitoria da UFPe., na Cidade Universitária (Eng. do Meio)

PREÇO DO EXEMPLAR CR$ 0,20

Fenômeno Urbano Motivou Conferência no Seminário

Na última reunião do primeiro semestre do corrente exercício, do Seminário de Tropicologia da Universidade Federal de Pernambuco, figurou como conferencista o geógrafo Mário Lacerda de Melo, tendo abordado o tema "Fenômeno Urbano e Trópico".

A sessão foi presidida pelo diretor do Seminário, escritor Gilberto Freyre, tendo os comentários à palestra ficado a cargo do engenheiro Arlindo Pontual, da UFPe, e o urbanista Zenildo de Sena Calda, da Prefeitura Municipal do Recife.

A CONFERÊNCIA

A conferência do professor Mário Lacerda, foi assim elaborada:

FENÔMENO URBANO E TRÓPICO

O tempo destinado à leitura das páginas a serem escritas sôbre o tema Fenômeno Urbano e Trópico impõe um esforço de concisão e, ao mesmo tempo, um esfôrço de seleção. Seleção dos aspectos a serem tratados. A abordagem, a nível de conferência, de matéria tão vasta e tão ramificada, claro que não pode ter a abrangência que o autor gostaria de lhe emprestar. Além disso, tem de cingir-se a um grau de generalidade onde se faz inevitável o risco de sacrificarem-se clareza e compreensão.

Daí a necessidade de adoção de roteiro prévio que, além de ordenador geral da sequência de observações, seja também um delimitador dos propósitos que temos em mira. Pretendemos nos referir, em linhas gerais:

— ao fenômeno urbano como característico das sociedades contemporâneas;
— às diferenciações espaciais do fato urbano, especialmente no mundo tropical;
— ao processo de urbanização da sociedade brasileira;
— e à organização do espaço brasileiro sob o influxo da urbanificação da economia nacional.

I — O fenômeno urbano como característico das sociedades contemporâneas

Dizer que o caráter urbano constitui um dos traços mais marcantes das sociedades contemporâneas certamente não é dizer novidade. Nem é dizer bastante. O feixe de fatores de que decorre o fenômeno da urbanização ou da urbanificação das populações e das sociedades do nosso tempo assim como o leque de efeitos gerados por êsses fatôres são de tal natureza e magnitude que ficamos a refletir se o ser urbano, ou seja, a urbanicidade, não é o mais geral e o mais relevante característico do mundo de hoje em dia. "Le progrès de l'urbanisation — escreve Labasse — est, sous toutes les latitudes, le trait le plus saillant de notre époque" (1)

Dados de 1960, que, para o assunto, já carecem de atualidade, indicam para a Europa, sem a União Soviética, uma população urbana correspondente a 58% do total e, para a União Soviética, uma proporção de 50%. No Japão, o nível de urbanização era, naquele ano, de 63%. É, porém, nos dois conjuntos Estados Unidos — Canadá e Austrália — Nova Zelândia que se encontravam as proporções maiores: 70% e 80%, respectivamente (2). Mostram êsses dados que, em geral, a população dos países altamente industrializados, já há onze anos, era muito predominantemente urbana. Mas, embora a existência de grandes contingentes populacionais urbanizados tenha a sua maior expressão naqueles países, o fenômeno se difunde por outras terras. Lembre-se, a respeito, o caso da América Latina onde o índice de urbanização era de 69% para o conjunto de países do Sul (Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai); de 48% no conjunto do Leste (Brasil, Venezuela e as três Guianas); de 45% na América Central (inclusive México) e de 43% no conjunto do Oeste (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru) (3). As elevadas taxas de incremento das populações urbanas, responsáveis pela sua alta e crescente participação relativa, constituem uma ocorrência que, existindo também na África e no Oriente, se tornou universal.

Tudo se passa como se, sôbre a parcela da humanidade dispersa nos campos ou em aglomerados rurais, estivessem atuando forças poderosas que as aglutinam nas cidades. Para usar palavras de Max Sorre, "le mouvement a été irresistible, il a déferlé sur le monde à la manière d'un raz de marée" (4).

As consequências são múltiplas. Formaram-se regiões de verdadeiros enxames urbanos como a do Nordeste dos Estados Unidos, a da matede sul da Grã-Bretanha, a da Europa Centro-Ocidental, a do Nordeste da India, e do Centro Leste da China, a do Sul do Japão. Formaram-se, nessas áreas e fora delas, numerosas cidades do tipo que os norteamericanos chamam de milionárias, ou seja, cidades de mais de um milhão de habitantes. Formaram-se espaços urbanizados gigantescos até quinze vêzes milionários, designados como megalópolis e já chamados também de verdadeiros leviatãs urbanos. Lembremo-nos, a respeito, de quantos países inteiros têm populações inferiores à Grande New-York, à Grande Londres, à Grande Paris ou à Grande Tókio. E, para não sair do Brasil, recordemos que, na Grande São Paulo (8.500.000 habitantes) habita mais gente do que em qualquer dos Estados brasileiros, menos o próprio São Paulo e Minas Gerais. O número de pessoas da metrópolis paulista equivale à população do conjunto territorial constituído pelas vastíssimas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

Ainda como expressão do movimento geral de urbanização, devendo lembrar que, ao lado dos centros multimilionários ou dos simplesmentes milionários, cresce velozmente o número dos que, possuindo mais de 100.000 habitantes, são considerados grandes cidades. Nos cartogramas das rêdes urbanas, cada vez são mais abundantes essas unidades. E o seu crescimento é acompanhado pelas de dimensões menores.

É bom ter-se em mente que o fenômeno do supercrescimento urbano vem ocorrendo nas regiões e países mais diversos quanto a ambiências naturais, a estruturas econômicas, a estruturas demográficas e a instituições sócio-políticas. Um processo tão generalizado jamais poderia ser explicado em função de um fator único. No mundo desenvolvido, a industrialização, por si e pelos seus efeitos indiretos, acompanhada pela modernização dos processos de produção rural, desencadeou um jogo de forças e influências de que a expansão acelerada do fato urbano constitui uma resultante. Nas regiões tropicais, que se situam por inteiro no mapa do subdesenvolvimento, a explosão demográfica tem papel relevante na explicação dos deslocamentos populacionais geradores do crescimento urbano acelerado. Papel não menos relevante tem o conjunto das debilidades, das vulnerabilidades e dos defeitos das organizações agrárias dos países tropicais e das economias rurais e elas correspondentes.

Como se vê, para explicar o fenômeno mundial dos deslocamentos de populações responsáveis pelo processo de superurbanização, atuam fatôres inteiramente diversos conforme se trate de região desenvolvida ou de área econômicamente inferiorizada. No primeiro caso, somam-se e complementam-se os motivos: à expansão das forças de crescimento urbano nos setores das indústrias e dos serviços corresponde uma liberação de mão-de-obra rural, derivada da racionalização da tecnologia agrícola, especialmente da motomecanização.

Nas regiões econômicamente inferiorizadas, desencontram-se os fatôres. Destituídas de fôrças internas de crescimento, as cidades não solicitam contingentes humanos externos. Mas os campos os liberam incessamente. Não, é claro, por fôrça da racionalização das atividades rurais, mas pela combinação dos efeitos da explosão demográfica com os das distorções estruturais da economia rural. Dessas distorções, resultam condições de existência, relações de trabalho, índices de ocupação e níveis de renda que se situam na base de tensões demográficas. Êsse estado de coisas gera e alimenta fluxos que fazem crescer cèleremente, sem um suporte econômico ou, na expressão freyriana, fazem "inchar", cidades como o Recife e como tantas outras aglomerações humanas do mundo tropical. A inchação urbana tropical constitui a mais expressiva e a mais importante manifestação da explosão demográfica dos nossos dias.

Acreditamos ter ficado claro que, em resumo, as causas genéricas do movimento de urbanização residem, conforme o tipo de área de que se trate, ora na expansão industrial associada à racionalização agrícola, ora na explosão demoográfica somada às fragilidades da economia rural. Devemos estar advertidos, porém, para a circunstância de que êsses fatôres possuem manifestações nacionais e regionais extremamente variadas. Dessas variações e da ocorrência de fatôres outros, resultam peculiaridades que caracterizam individualizadamente cada caso específico, tanto nas suas feições quantitativas como nos seus aspectos qualitativos. O estudo dos casos específicos de supercrescimento urbano constitui, assim, um campo imenso de pesquisas. E é fácil atinar como são imprescindíveis essas pesquisas aos diagnósticos destinados a servir de base a diretrizes estratégicas e a programações de desenvolvimento.

Passando-se à consideração dos efeitos dêsse fenômeno, a constatação geral é a de que tais efeitos identificam-se com mutações amplas e profundas. Mutações que são exatamente aquelas que emprestam às sociedades modernas os seus caracteres de urbanicidade. Elas afetam setores variados e de importância fundamental como o das infraestruturas, e o das estruturas economicas, e o das estruturas, das relações e dos comportamentos sociais. A elas não escapam evidentemente atitudes e concepções quanto a morada, diversões, esportes, trajes, alimentação e culinária, educação, e outros aspectos e valores. Desaparecem progressivamente das comunidades urbanas os toques rurais que tanto contribuem para marcar tipos regionais de sociedade. E já começam a aparecer no campo, hábitos citadinos como a indicarem uma certa urbanificação do mundo rural.

Estamos sendo levados a tocar em assunto do domínio privativo dos nossos colegas sociólogos e psicólogos sociais. Da sua seara, seriam também estudos sôbre os condicionamentos da moderna ambiência urbana quanto à velocidade com que, nos nossos dias, se operam mudanças profundas em sistemas de valores sócio-culturais longamente cristalizados. Valeria a pena perquirir até que ponto a aludida velocidade de mutação estaria respondendo por um fenômeno como o chamado "conflito de gerações" ou como o pitorescamente expresso na dualidade "quadrados" e "prá-frente'.

Outro aspecto. Como é no espaço urbano que o homem menos se sente influenciado pelo meio natural e mais se manifesta a marca da sua vontade organizadora, possui a cidade, mais do que o campo, uma tendência padronizadora de estilos de vida e de trabalho, com projeção nas paisagens urbanas. A universalização das conquistas tecnológicas tem acentuado essa tendência. Seria desnecessário listar a faixa daquilo que possuem de comum os grandes aglomerados, em setores diversos. O movimento de urbainzação acelerada em âmbito mundial está acarretando, entre outros efeitos, a ampliação dessa faixa. Isso significa uma acentuação da tendência à perda de individualidade de unidades urbanas e de conjuntos nacionais ou regionais de cidades.

Mais uma consequência do moderno expansionismo urbano é o relacionado com o papel que têm as rêdes urbanas como conjuntos de aglomerados que, hierarquizando-se e hierarquizando áreas através dos fluxos de bens e serviços, realizam a organização do espaço geográfico. O fortalecimento dêsse papel, nas regiões desenvolvidas, vem conferindo maior coesão entre os lugares constitutivos de áreas sob o mesmo comando urbano. Nos trópicos, dito fortalecimento vem emprestando maior grau de organização ou, diríamos mesmo, de organicidade, às diferentes unidades espaciais. Isso está implicando em modificações profundas das relações interregionais como veremos mais adiante a propósito do caso brasileiro.

II — Diferenciações espaciais do fenômeno urbano, especialmente no mundo tropical

Constituindo a componente mais densamente humana dos quadros geográficos, o fato urbano teria de ser uma expressão histórica, uma expressão de épocas sucessivas e uma expressão de civilização. Já alguém disse que em tôda cidade, existe uma sucessão de cidades. Mas, da tendência uniformizadora há pouco mencionada, poderá ir resultando uma diminuição progressiva da expressividade do fenômeno urbano como indicador de condições e característicos sócio-culturais regionais. Já referimos a influência uniformizadora da disseminação das conquistas tecnológicas sôbre estilos de vida urbanos e sôbre paisagens urbanas. Acrescentemos que, embora existam presentemente casos de cidades fantasmas e de urbes estagnadas, as sociedades modernas estão conferindo ao panoramo urbano mundial caracteres oriundos também, ou sobretudo, das formas capitalistas de produção e de trocas, indissociáveis das aludidas conquistas tecnológicas.

Nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália, os exemplos são bem de cidades novas em países novos de desenvolvimento capitalista em grau elevado. Entretanto, nos países em que as modernas formas capitalistas de atividades encontraram, nos espaços urbanos, a marca mais profunda de valores artísticos e históricos ou de estilos de vida urbanos anteriormente enraizados, as cidades exibem, ao lado de paisagens urbanas construídas no passado e de costumes tradicionais, formas modernas de produzir, de trocar, de negociar, de comer, de aprender, de morar, de administrar, de transportar, de divertir. Essa face dupla dos centros urbanos é comumente encontrada nos países velhos de economia modernizada como é tipicamente o caso das nações européias e do Japão. Com certas atenuações e uma grande riqueza de peculiaridades, êsse é também o caso das grandes cidades do Mundo Islâmico, da India e da China (5).

Na África Negra, o fato urbano era tão escasso antes da chegada dos europeus que a cidade alí já pôde ser considerada, embora aglomerado de negros, "uma criação de brancos" (6). Claro que a ausência relativa de aglomerados urbanos correspondia ao estágio sócio-econômico em que viviam as populações. Caberia aos europeus implantar cidades cujas posições geográficas e cujas funções servissem aos objetivos dos seus empreendimentos de colonização. A economia de "traite" e de sucção, tôda voltada para fora, explica que as atividades urbanas girassem em tôrno sobretudo da função portuária exportadora, da função de centro de convergência de produtos primários, da função de centros de mineração e da função administrativa.

Atualmente, as taxas de crescimento urbano da África Negra são das mais elevadas do mundo. Os aspectos urbanos, refletindo êsse fato, indicam transformações bruscas das sociedades africanas e revelam desequilíbrios sócio-econômicos violentos. A segregação racial é um característico comum. Os espaços comerciais e administrativos são geralmente dominados por europeus. Moram êstes em áreas residenciais próprias. São pequenas essas áreas por ser pouco numerosa a população branca, exceto na África do Sul, já fora da faixa pròpriamente tropical. Os maiores espaços urbanos são os ocupados por bairros negros constituídos por extensas áreas de choças. Seus habitantes são, em grande número, gente egressa da vida rural, inclusive de comunidades com estrutura tribal (6).

Referência a ser feita, ainda no caso da África Negra, é a de que, não constituindo uma rêde hierarquizada, as cidades só de modo indefinido e frouxo cumprem o seu papel de centros organizadores do espaço.

Nas áreas tropicais da América Latina, a posição geográfica dos centros urbanos lembra a da África, o que se deve à repartição dos recursos e condições naturais, a problemas de acessibilidade, aos propósitos dos empreendimentos colonizadores e à influência dêsses fatôres sôbre a formação das economias nacionais e regionais. Situados em geral dentro das áreas de povoamento mais denso, que são faixas periféricas, os aglomerados mais significativos só excepcionalmente têm posição interiorizada. A posição marítima ou quase marítima do maior número dos grandes centros relaciona-se com estruturas econômicas voltadas para mercados externos, o que faz lembrar tanto o exemplo africano como o exemplo australiano.

O caso brasileiro é dos mais significativos de como o fenômeno urbano exprime condições sócio-economicas regionais e revela estágios diferentes de evolução social e de desenvolvimento econômico. Quem conhece as variações dessas condições e dêsses estágios facilmente compreenderá os centros urbanos brasileiros e as rêdes por êles formadas como elementos proeminentes dos contextos regionais onde se situam e, ao mesmo tempo, como expressão dêsses contextos.

Em uma partição simplificada e sumária, as estruturas do arcabouço urbano do Brasil se definem, de um lado, em vastíssimos espaços possuidores de rêdes urbanas desorganizadas e, de outro lado, em espaços regionais onde a hierarquia, o equipamento funcional, a distribuição geográfica dos centros bem como as suas funções de focos de irradiação e atração de bens e serviços permitem falar, embora nem sempre com rigor, em rêdes urbanas organizadas. Para a última dessas categorias, o melhor exemplo é o da rêde regional comandada pela cidade de São Paulo. Outras redes urbanas regionais, tidas como organizadas em estudo recente do IBG, são as de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre (7). Vê-se, pois, como os espaços brasileiros detentores de arcabouço urbano organizado coincidem com as regiões desenvolvidas do país, o Sudeste e o Sul.

Em contraposição, as regiões brasileiras de ar-

(Continúa na pag. 5)

Fenômeno Urbano Motivou Conferência no Seminário

cabouço urbano desorganizado situam-se na porção territorial de economia subdesenvolvida ou inferiorizada. Distinguem-se dentro dela:

— a) uma parte significativamente povoada, ou seja, o Nordeste (Estados da Bahia ao Maranhão). Aqui, os centros urbanos, não se hierarquizando segundo os fluxos de bens e serviços que recebem e enviam, e não se hierarquizando também quanto aos seus equipamentos funcionais, mostram-se incapazes de conferir ao conjunto territorial os característicos de uma real organização do espaço. A área em que prevalecem êsses aspectos estende-se também pelo norte de Minas Gerais até aproximadamente o paralelo de Governador Valadares;

— b) uma parte muito pouco povoada, ou seja, a Amazônia (Amazônia Legal, compreendendo o oeste maranhense e o norte goiano e mato-grossense). Nesse vastíssimo espaço territorial (cerca de 60% da superfície do país), a ausência ou quase ausência de cidades de grandeza intermediária responde pela existência de arcabouço urbano não integrado e não hierarquizado. Está êle constituído por uma metrópole regional e uma capital regional, e por um elevado número de cidades pequenas que, na maioria das vêzes, são simples aglomerados rurais com a função de pequenos centros de convergência da produção extrativa. No caso do Estado do Amazonas, pudemos recentemente perceber de perto o quanto êsse fenomeno reflete uma dualidade e uma não integração entre a capital e o resto do Estado. Dualidade últimamente acentuada com a instituição, em Manaus, da zona de livre comércio, sendo muito o que resta fazer no sentido de, através da Zona Franca, dotar a capital amazonense de função polarizadora do desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

Insistamos em um ponto. Tanto nas regiões em que, revelando-se organizadas, são, por isso, organizadoras de espaços, como nas grandes extensões em que se apresentam desorganizadas, as redes urbanas do país refletem a gama de diferenciações regionais das sociedades brasileiras. Bem o comprovam alguns aspectos ou pormenorizações dos citados exemplos da Amazônia e do Nordeste. No caso do Estado do Amazonas, a rêde de cidades e a vida urbana representadas, além de Manaus, por 43 aglomerados pequenos, desarticulados entre si e mal articulados com a capital, dispersos em imenso território e dispostos posicionalmente sôbre o traçado da rêde hidrográfica, estão em correspondência: a) com a baixa significação do povoamento do Estado (um milhão de habitantes em uma extensão territorial superior à do Nordeste inteiro, da Bahia ao Maranhão); b) com a falta de integração entre os nódulos desse povoamento, uns em relação aos outros e todos com a capital; c) com uma ocupação humana do espaço de feição linear — ribeirinha, única existente em todo o Estado, devido sobretudo à rigidez dos condicionamentos do quadro natural; d) e, em consequência, com um tipo eminentemente fluvial de economia e de sociedade, em estágio pré-capitalista.

No Nordeste, um caso expressivo do reflexo das realidades e problemas regionais sôbre a vida urbana é oferecido pelo cotejo entre a região canavieira e a região do Agreste. Na região canavieira, a organização agrária do tipo "plantation" não deixa vez a um desenvolvimento urbano local verdadeiramente significativo. Por isso, não existem pràticamente cidades com a função de centros regionais. Também por isso, e por outras razões, a função organizadora do espaço é exercida muito mais pela rêde de usinas com as suas zonas de influência efetiva (por serem fornecedoras da matéria prima) do que pelas sedes e pelas fronteiras dos municípios. Na região agrestina, entretanto, onde, com a policultura, é muito menor a concentração de terras e de atividades, surgem os maiores e os mais numerosos centros rgionais do Nordeste.

Nessa ordem de idéias, é de lembrar que, já uma vez, demonstrámos ser possível identificar, em Pernambuco, diferentes gerações e famílias, ou categorias, de centros urbanos, assinalados pelos fatos de posição, mas caracterizados, em cada caso, pelas peculiaridades com que participam, funcionam e se integram nos respectivos contextos sub-regionais. Isso, em 1959 (8).

III — O processo de urbanização da sociedade brasileira

Os característicos de uma sociedade do tipo agrário como a que se formou no Brasil estão a indicar, por si, a limitada influência da vida citadina. Convém lembrar, a respeito, que a unidade ou célula da organização agrária simbolizada, no Nordeste canavieiro pelo binômio "Casa Grande & Senzala", — o antigo engenho de açúcar — constituia pequena comunidade organizada onde se exercia a prestação de certos serviços, a que alude Freyre (9), análogos aos que comumente constituem função de pequenos aglomerados urbanos. Êsse fato lhe emprestava certa autonomia ou a tornava menos dependente da cidade.

Em sociedade dêsse tipo, compreende-se que teria de tardar a expansão urbana. Compreende-se que a cidade tivesse tido um papel secundário, servindo ao campo mais do que sendo servida por êle. Compreende-se que tivesse frequentemente seus ares rurais, com o campo nela imiscuido, ou representado pelos sítios e pelas chácaras. Compreende-se que pouco funcionasse como fonte do poder — do poder senhorial, de tão grande capacidade de permanência entre os donos de terras.

Foi preciso chegar o século XX, foi preciso chegar a guerra de 1914, foi preciso sobretudo que chegassem a Segunda Guerra Mundial e os meados dêste século, para que o desenvolvimento urbano tivesse a sua vez e viesse a operar uma mudança rápida e profunda, de estrutura, da economia e da sociedade brasileiras. O movimento urbanizador, antes tão lento, tornou-se afinal impetuoso nos últimos vinte anos. Vejamos alguns dados a respeito.

— o total da população considerada urbana passou de 31% em 1940 para 45% em 1960;

— do aumento populacional verificado na década de 1950-1960, as cidades respondem pela parcela de 69%, tendo sido, pois, apenas de 31% o incremento dos contingentes rurais;

— os aumentos de população rural, verificados no decênio, em proporção superior à taxa de crescimento vegetativo do Estado respectivo, limitaram-se pràticamente a áreas novas, de povoamento escasso;

— as populações rurais ou aumentaram em ritmo significativamente inferior ao estadual respectivo ou tiveram decréscimo;

— em 1950, eram 14 as grandes cidades brasileiras, assim consideradas as de mais de 100.000 habitantes. Em 1960, o número passa para 31 (10).

A partir de 1960, os fatôres responsáveis por êsse ímpeto de urbanização não tiveram atenuadas as suas fôrças. Tudo leva a crer, por isso, que os dados do Censo de 1970 registrem a continuação da expansão urbana de tipo explosivo de que dão notícia os dados acima.

Para êsse fenômeno brasileiro, contribuem os fatôres que explicam a superurbanização tanto dos países desenvolvidos como das áreas de economia inferiorizada. Como se sabe, são sempre as migrações centrípetas os movimentos responsáveis pelo expansionismo urbano acelerado. Nas regiões do Sudeste e do Sul do país, o processo de industrialização substitutiva de importações — processo de múltiplos efeitos diretos e indiretos sôbre os demais ramos das atividades econômicas — foi o grande gerador básico das forças de crescimento urbano e de atração de populações.

No Nordeste, a outra macro-região brasileira significativamente povoada, os deslocamentos populacionais permanentes de maior importância são os oriundos da falta de condições dos quadros rurais relacionada com fatôres ecológicos, com o primitivismo dos sistemas agrícolas, com a estrutura fundiária, com as relações de trabalho e com as formas de comercialização. Sob a pressão dêsses fatôres, dirige-se o rurícola para a cidade próxima ou para a de maior importância no âmbito sub-regional. Dêsse modo, os centros regionais exercem, além das funções que lhes são peculiares, a de receberem famílias egressas do campo ou de aglomerados menores, sendo êsse um dos fatôres do seu crescimento demográfico.

Não possuindo condições de expansão econômica, êsses centros ficam sendo detentores de amplas parcelas de populações, marginalizadas como bem o indicam suas áreas de mucambos, — uma constante nas paisagens das cidades nordestinas. Essas parcelas marginalizadas estão sempre a fornecer migrantes que, desta vez, ou se dirigem para cidades maiores da região ou para outras regiões do país. No primeiro caso, repete-se, em escala maior, o fenômeno da marginalização e da favelização, como resultante de fluxos convergentes de migrantes.

Como se vê, os tipos de unidades espaciais afetadas pelas migrações rural-urbanas são exatamente aquêles em que, de modo mais intenso, se manifesta a problemática geral do Nordeste: as áreas de tensões demográficas, as cidades centros regionais e as grandes cidades (11).

O que acaba de ser exposto parece não deixar dúvida quanto a uma tendência e quanto a um fato: a tendência de se tornar mais e mais urbana a sociedade brasileira como um todo e o fato de já haver êsse processo atingido estágio avançado em importantes regiões do país. A cidade brasileira, especialmente a situada acima de determinado nível dimensional, cada vez vive menos das funções que lhe são geradas pelas suas relações com o mundo rural e cada vez vive mais de atividades pouco subordinadas ao campo: indústrias e serviços destinados à própria comunidade urbana ou às populações da sua área de influência.

O processo de urbanização acelerada manifesta-se quantitativamente tanto através de elevadas taxas de crescimento das populações citadinas como pelo aumento do número e do tamanho das grandes cidades. Dêsse fenômeno de concentração humana nas grandes cidades nasceu o processo de metropolização. Trata-se do crescimento populacional acelerado de um grande centro e das cidades em torno dêle e em função dêle. Resultam expansão de atividades e modificação das estruturas ocupacionais. Formam-se unidades de outra grandeza e de outro tipo. São as metrópoles. Os interêsses e os problemas comuns do conjunto da comunidade lhes conferem um sentido de unidade e de coesão dentro de espaços geográficos definidos, o das áreas metropolitanas.

Embora possua as suas dimensões econômicas e as suas dimensões sociais, a metropolização exprime-se principalmente como fenômeno demográfico. Alimentado por fatôres e por mecanismos da mesma natureza dos que nutrem a urbanização acelerada, o processo de metropolização constitui, na sua essência, uma manifestação culminante dessa urbanização. No caso nordestino, representado por Fortaleza, Recife e Salvador, as suas raízes devem ser investigadas antes do mais, nos males que afligem a economia rural, como já ficou entendido.

No caso das regiões Sudeste e Sul do país, o processo de metropolização traduz-se como acumulação, espacialmente seletiva, de efeitos da urbanização acelerada, por fôrça sobretudo do crescimento industrial. Êste conferiu intenso dinamismo a certos centros tanto através dos estabelecimentos produtores e da sua capacidade de atrair força-de-trabalho como, ou principalmente, através dos seus efeitos indiretos nos setores infra-estruturais e de serviços, cuja amplitude se foi multiplicando. O processo cumulativo assim desencadeado explica as superconcentrações humanas designadas como Grande São Paulo, Grande Rio, Grande Belo Horizonte; Grande Porto Alegre, Grande Curitiba, que são as metrópoles do Sudeste e do Sul.

Ficou estabelecida uma distinção entre as metrópoles brasileiras: as das áreas desenvolvidas e as das regiões economicamente inferiorizadas ou, o que dá no mesmo, as sadias e as "inchadas". Segundo o critério do seu poder de centralidade ou da extensão da sua área de influencia, impõe-se também uma distinção: metrópoles nacionais e metrópoles regionais. A Grande São Paulo e a Grande Rio estão na primeira categoria; as demais, na segunda.

IV — A organização do espaço brasileiro sob os influxos da urbanização da economia nacional

Não serão poucas nem serão de pouca profundidade as consequências de um processo que, sendo de urbanização acelerada, se torna também de superurbanização e metropolização em escala regional e a nível nacional. A esta altura, não poderíamos pretender examiná-las detidamente. Mencionemos que os resultados do processo em causa manifestam-se no âmbito interno, ou seja, dentro de cada área metropolitana e, no ambito externo, isto é, nas áreas sob o poder de organização do espaço, que as metrópoles possuem.

Os efeitos que se manifestam dentro de cada área metropolitana afetam as realidades e problemas vários dos superaglomerados, especialmente os de natureza social, economica, psico-social e sanitaria. Problemas de transporte e trafego, problemas de suprimento dagua, problemas de esgôtos sanitarios, problemas de abastecimento alimentar, problemas de equipamentos funcionais urbanos dos diversos tipos, problemas de poluição do ambiente, e outros que também contribuem para diminuir condições de conforto e bem-estar das grandes comunidades citadinas. Observação generica, a esse respeito, é a de que, a partir de certo nivel, são fortemente crescentes os custos de expansão de um centro urbano e que, muitas vêzes, não correm êles à conta sòmente da comunidade que o habita. Observe-se, por outro lado, não serem raros os casos, como o da Grande São Paulo e o da Grande Recife, em que o ritmo das soluções não pode acompanhar o ritmo do agravamento dos problemas.

Essa última constatação conduz à inferência de que tais problemas não se solucionariam através apenas de uma política de organização dos espaços metropolitanos, mas de uma politica espacial mais ampla que incluisse entre os seus objetivos o de atender o ritmo do crescimento urbano. Tal concepção implicaria na proscrição do "laissez faire" espacial e na inserção, nos programas de desenvolvimento nacional e regional, da componente espaço definida e expressa através de diretrizes estratégicas capazes de minimizar o processo de superconcentração demográfica e econômica.

Quanto aos efeitos externos do gigantismo urbano e, em particular, da metropolização, interessa referir os que se exprimem em organização do espaço. O próprio crescimento de um centro urbano vai implicando em alargamento das áreas que abastecem as suas populações ou suprem de matérias primas as suas fábricas. Vai implicando também na ampliação dos espaços, vizinhos ou distantes, recebedores dos produtos que fabrica ou que distribui. E a infra-estrutura da circulação vai atendendo, no seu traçado, aos reclamos das fôrças de expansão citadina, ao mesmo tempo em que propicia e estimula o seu crescimento. Opera-se, assim, a formação de áreas periféricas e áreas de influência, em condições e graus variados de integração.

Papel de relevância especial tem tido, no caso brasileiro, que é o de um país de distâncias imensas, o transporte rodoviário. Sabe-se que a circulação hidroviária e a circulação aeroviária realizam integração através de pontos de contacto, os portos e os aeroportos. No caso da ferrovia, as estações de trem representam êsses pontos. A rodovia, porém, tem a vantagem de ligar palmo a palmo as terras por onde passam. Elas são — por isso e por outras razões — o mais forte instrumento de integração territorial, que as credencia, ao mesmo tempo, como grande ferramenta de uma geografia voluntária ou, mais ambiciosamente, de uma geografia planejada, a que se poderá chegar através do "amenagement" programado do espaço. Não há dúvida de que a expansão rodoviária brasileira, complementando e propiciando o superdesenvolvimento urbano, está sendo, com êle, o grande elemento estruturador e organizador do espaço nacioanl.

Anteriormente, durante o longo período de predominância do tipo rural de sociedade, as economias regionais, baseadas sobretudo em mercados externos, haviam compartimentado o território do país em espaços vàriavelmente autônomos, segundo o modelo "arquipélago". Com o surto da metropolização econômica, criou-se, porém, uma área de forte poder centralizador a nível nacional. É a "área nuclear" da economia brasileira, representada pelo triângulo Grande São Paulo, Grande Rio e Grande Belo Horizonte. En torno dela, surgiram as zonas periféricas. Processa-se a estruturação espacial segundo o modelo "centro-periferia".

Fenômeno semelhante ocorre, em escala menor, quanto a cada uma das metrópoles regionais e aos espaços sob o seu comando respectivo.

Como resultado geral do processo, a estrutura espacial brasileira apresenta-se atualmente na forma revelada, em seus grandes lineamentos, pelo esquema abaixo (adaptado de Geiger e Bernardes) (12).

1 — Espaços nucleares

1.1 — De âmbito nacional (área nuclear nacional): — triângulo formado pelas áreas metropolitanas de São Paulo Rio e Belo Horizonte.

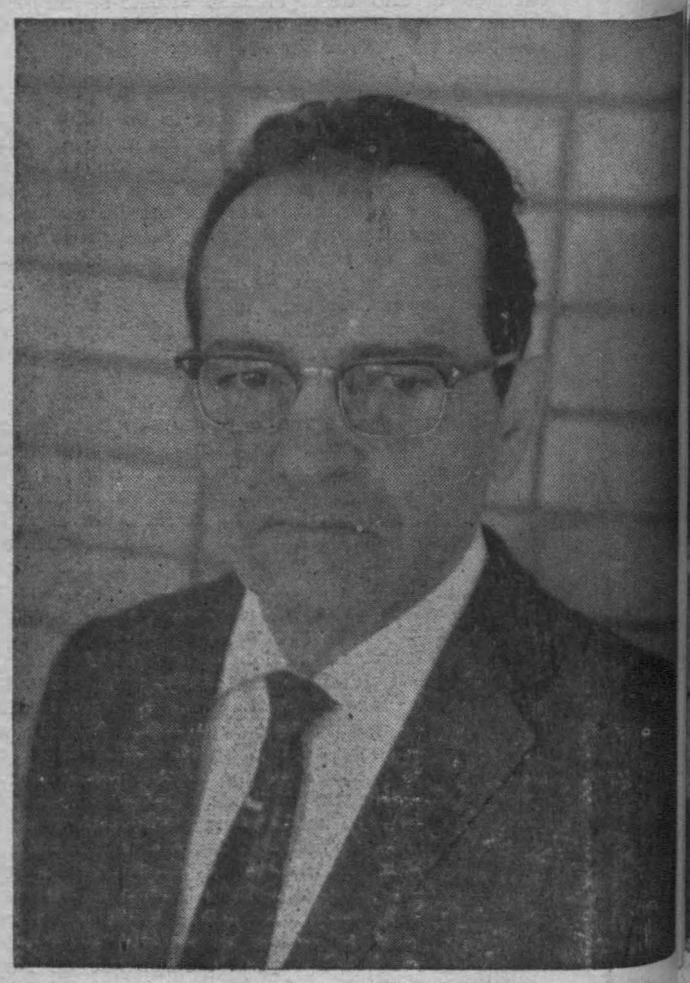
1.2 — De âmbito regional (áreas nucleares regionais): áreas metropolitanas de Bélem, Fortaleza, Recife, Salvador, Curitiba e Porto Alegre (além das de São Paulo, Rio e Belo Horizonte, que também possuem função macro-regional).

(Continua na pág. 9)

CONSELHOS ELEGERAM

Professor Jônio Lemos, o primeiro da lista. Já foi vice-reitor da UFPe. e, atualmente, é diretor do Instituto de Matemática.

O segundo da lista, professor Marcionilo Lins. É o atual vice-reitor da UFPe., nomeado pelo presidente Garrastazu Médici. Dirige o Instituto de Biociências, além de atividades docentes e de pesquisas.



O professor Lourival Vilanova, terceiro colocado na lista sêxtupla, é professor titular de Teoria Geral do Estado na Faculdade de Direito da UFPe.

NOVAS EXIGÊNCIAS PARA CRIAÇÃO DE FACULDADES DE MEDICINA

A Organização Mundial de Saúde vai fixar novas exigências para criação de faculdades de Medicina, pois as atuais não satisfazem, informou a diretora da Associação Brasileira de Escolas Médicas, Sra. Célia Monteiro de Castro, a primeira autoridade a denunciar o problema no país.

— A situação no Brasil é de tamanha gravidade e complexidade — diz ela — que envolve até a questão do seu desenvolvimento econômico. Muito mais importante do que fechar escolas — não se cura um panarício cortando o dedo — o que se deve fazer é ajudar as já existentes, impedir a criação de outras onde haja saturação e estimular a construção de mais escolas no Norte e Nordeste, pràticamente vazios de ensino médico.

SITUAÇÃO DRAMATICA

Segundo a Sra. Célia Monteiro de Castro, não existem 69 faculdades de Medicina no país, conforme declarou o médico Hilton Rocha quando comentou o exagêro da criação de faculdades médicas nos últimos 10 anos.

— Existem 74. Sabe lá o que é isso?

Preocupada com o problema — que ela mesma denunciou há anos através do JB — a diretora da Associação de Escolas Médicas informou que o assunto é tão grave, tão complexo e está merecendo a atenção de tanta gente, que a Organização Mundial de Saúde (o problema não é típico do Brasil) resolveu estudar uma nova fórmula para permitir a criação de escolas médicas. Os requisitos atuais já não satisfazem. As exigências mínimas são tão mínimas que não é difícil fundar uma faculdade de Medicina. Essa facilidade é que está causando todos os problemas, com escolas funcionando precàriamente, mantendo professôres sem preparo, material inadequado, alunos despreparados e em locais onde já há saturação.

SOLUÇÕES

— A Organização Mundial de Saúde já está convocando peritos para a realização dêsse estudo e eu sou uma das convidadas a participar das reuniões. Estou ouvindo falar em fechar esta ou aquela escola. Ninguém melhor do que eu sabe como está a situação dessas escolas, mas fechá-las simplesmente não resolve. O que faremos com os professôres? E os estudantes? Vamos mandá-los embora assim, sem mais nem menos? Que culpa têm êles de nossas deficiências?

— Melhor seria — explica a Sra. Célia Monteiro de Castro mostrando um mapa onde ela classificou as escolas médicas por regiões — impedir a criação de novas escolas nos grandes centros, como Rio, São Paulo, Pôrto Alegre, Belo Horizonte e Recife; ajudar a melhorar o padrão das escolas já existentes, dando-lhes apoio financeiro e técnico; e criar faculdades nas áreas onde elas não existem ou existem em números ínfimos, como no Norte e Nordeste do país.

ASSESSORAR OU POLICIAR

A diretora da Associação Brasileira de Escolas Médicas não vê com bons olhos a determinação do Ministério da Educação de mandar funcionários seus investigar as diversas faculdades de Medicina do país.

— O que êles vão encontrar todos nós já conhecemos. Não será surprêsa para ninguém. Melhor seria, ao invés de fazer investigações, que mandassem assessôres, que não apenas conheçam os problemas, mas ajudem a solucioná-los. Do contrário cairemos num círculo vicioso sem fim. Algumas escolas espontâneamente estão sentindo seus erros e procurando alguém que as ajude. É preciso que as teorias sejam postas em prática.

CRITÉRIOS

Quando os atuais critérios para a criação de escolas médicas surgiram?

— Os mais recentes datam de 1960, não são tão velhos assim. Acontece que com a reforma universitária o ensino brasileiro, em todos os setores, passa pela fase experimental. Então, muita coisa que era válida há três anos hoje está sendo vista com reservas. Por isso é preciso estudar, rever o que está sendo feito, saber o que tem de ser mudado e o que pode permanecer. Por isso a OMS vai se reunir.

AS BOAS ESCOLAS

Quais são as cidades onde as faculdades de Medicina não estão em condições de funcionar?

— Seria muito indelicado de minha parte acusar esta ou aquela. Mas posso informar com segurança que as boas — não as ideais — estão no Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Pôrto Alegre e Recife.

— E o resto do país?

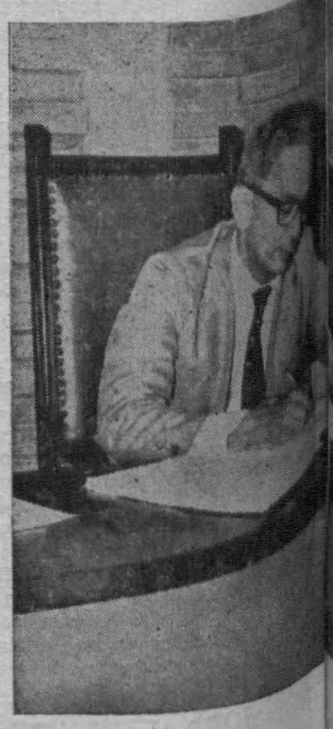
— Infelizmente é resto mesmo. A exceção dessas que já citei, as outras lutam com uma série de dificuldades. Enquanto o Norte e o Nordeste do país não estiverem econômicamente desenvolvidos não haverá possibilidade alguma de se melhorar o ensino médico naquelas regiões. Isso é ponto pacífico.

DESEQUILÍBRIO

— Há um desequilíbrio econômico muito grande. Enquanto nos grandes centros as faculdades — não são tôdas — apresentam corpo docente especializado, equipamento à altura e condições de funcionamento pelo menos razoáveis, no interior do país é uma lástima. E o pior é que a emigração é assustadora. Os que vêm de outras regiões para lugares como Rio e São Paulo raramente voltam depois de formados. Cada vez a mão-de-obra boa vai deixando os lugares pobres à procura de melhores oportunidades nas regiões mais desenvolvidas.

— Agora eu pergunto: posso impedir que um estudante ou médico venha para um lugar como o Rio aprofundar seus conhecimentos? Posso obrigar êste homem, depois de especializado, a retornar ao seu lugarejo para fazer uma medicina medíocre? Onde êle encontrará campo para melhorar seus conhecimentos? No campo ou na cidade? Se o queremos no campo, no interior, temos que dar a êle condições para exercer êsse encargo.

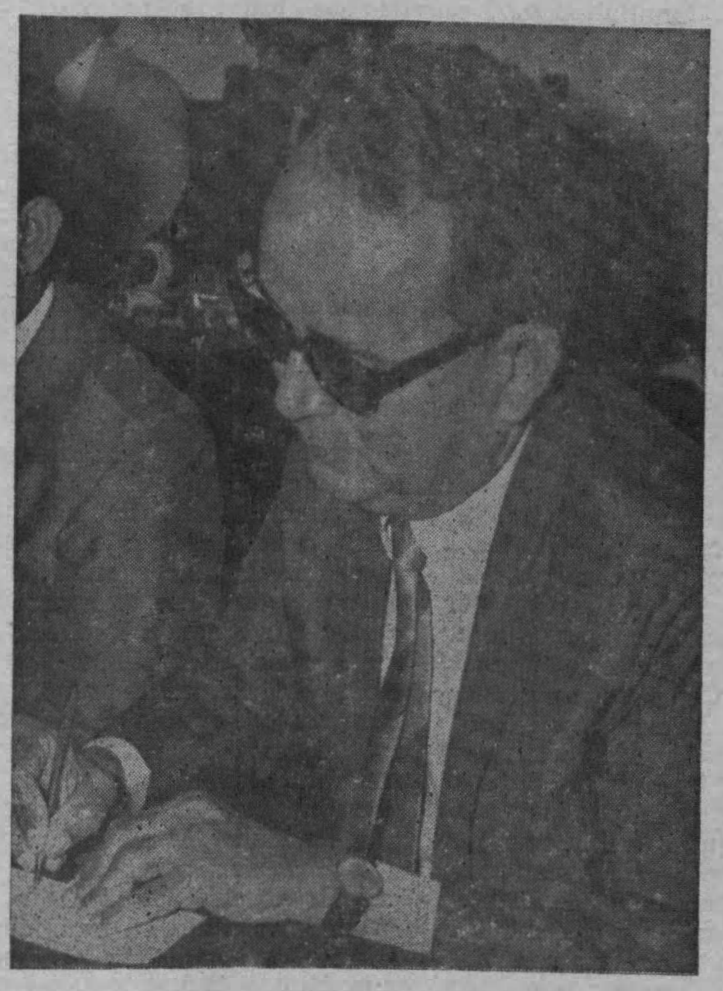
Aspectos da eleição. Parte dos [illegible]



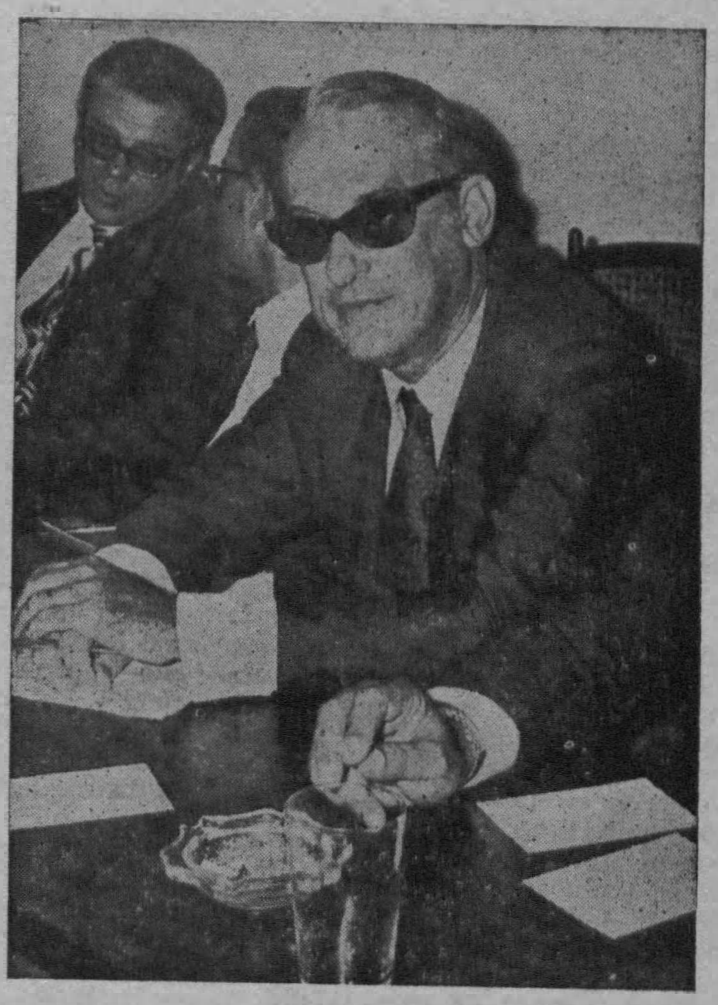
O reitor Murilo Guimarães presidindo a sessão.

CANDIDATOS A REITOR

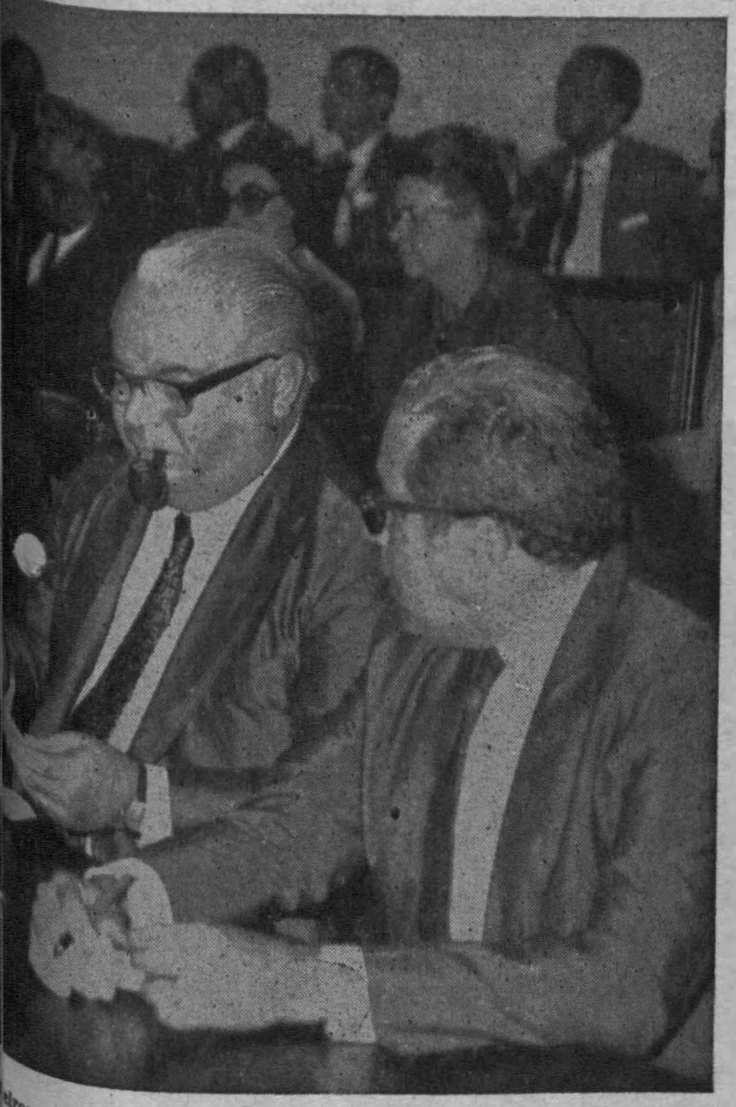
A professôra Maria Antonia Mac Dowell, foi eleita no quarto escrutínio. É a atual pró-reitora para assuntos Acadêmicos da UFPe.



Professor Fernando Menezes, ocupa o quinto lugar na lista. É o pró-reitor de assuntos Administrativos da Universidade.



O professor Guilherme Martins, eleito no sexto escrutínio, é o atual diretor da Escola de Química da UFPe.



eiros que elegeram os seis nomes da lista.

Flagrante da sessão que escolheu os nomes da lista sêxtupla.

Em reunião extraordinária dos Conselhos Universitário e Coordenador de Ensino e Pesquisa, foram eleitos os nomes para a lista sêxtupla a fim de ser nomeado, dentre êles, pelo presidente Garrastazu Médici, o nôvo reitor da Universidade Federal de Pernambuco — sucessor do professor Murilo Guimarães.

A lista foi encabeçada pelo professor Jônio Lemos, sendo os demais componentes: professôres Marcionilo Lins, Guilherme Martins, Maria Antonia Mac Dowell, Fernando Menezes e Lourival Vilanova. Pela primeira vez a Reitoria da UFPe. contou com uma representante do sexo feminino — Maria Antonia Mac Dowell — para concorrer ao mais alto cargo da Universidade.

A manhã da primeira sexta-feira de julho foi por demais movimentada. É que, além dos sessenta conselheiros, registou-se a presença de amigos e familiares dos candidatos à composição da lista, no recinto da Reitoria, embora o expediente interno tenha sido normal, naquele dia.

ABRAÇOS

Ao cabo da votação os candidatos eleitos abraçavam-se mutuamente, num gesto de agradecimento e euforia, próprios dêsses momentos. A reunião foi presidida pelo reitor Murilo Guimarães, sendo realizados seis escrutínios da seguinte forma: primeiro escrutínio, foi eleito o nome do professor Jônio Lemos; no segundo, o professor Marcionilo Lins; em terceiro, Lourival Vilanova; quarto; Maria Antonia Mac Dowell; em quinto, Fernando Menezes e em sexto, Guilherme Martins.

A lista já se encontra, juntamente com o curriculum vitae de cada candidato, em poder das autoridades federais, a fim de ser nomeado o novo reitor, que comandará os destinos da Universidade Federal de Pernambuco com um mandato de quatro anos, podendo ser eleito, pela segunda vez consecutiva, conforme faculta a legislação que regulamenta a matéria.

O mandato do reitor Murilo Guimarães será concluido na primeira quinzena de agôsto. Se até lá o seu sucessor não tiver sido ainda nomeado, o vice-reitor, professor Marcionilo Lins assumirá o cargo.

Ministro Quer Aumentar Vagas Em Áreas Prioritárias

O Ministro da Educação, Sr. Jarbas Passarinho, disse que o Govêrno terá de aumentar as vagas das universidades nas áreas consideradas prioritárias, mesmo que isso prejudique a oferta de vagas em áreas onde a necessidade de profissionais seja menor.

Declarou o Ministro que as vocações individuais serão respeitadas, mas o Govêrno dará estímulo aos estudantes que tiverem vocação para as áreas prioritárias, facilitando a obtenção de bôlsas-de-estudo, a fim de planejar, na medida do possível, a formação de profissionais universitários.

EMPECILHOS

As declarações foram feitas na sede do Instituto Nacional do Livro, onde o Ministro Jarbas Passarinho pronunciou a conferência de abertura do encontro de Secretários de Educação promovido pelo MEC. Além da necessidade de serem respeitadas as vocações individuais, o Ministro apontou outros fatôres que atuam como empecilhos à solução dos problemas educacionais, destacando o nível de escolaridade e a dificuldade de conciliar quantidade com qualidade.

Sôbre o nível de escolaridade, o Ministro da Educação disse que, para cada mil alunos que ingressam nos primeiros anos escolares, outros 300 não têm como começar e ficam sem escola. "É necessário promover a recaptura dêsses 300 ao longo do primeiro e segundo graus de ensino, e injetá-los no processo", afirmou.

Afirmou o Ministro que são "êsses 30% que não chegam a ingressar nas escolas que engrossam a cada ano as fileiras do analfabetismo" e que êsse problema não se resolve apenas com a realização de campanhas de alfabetização em massa, mas com a correção da fonte principal dessa deficiência: a inexistência de oferta global de ensino na faixa dos sete aos 15 anos.

QUALIDADE X QUANTIDADE

Todos sabem que a qualidade vale mais que a quantidade — disse o Ministro Passarinho — mas muita gente respeitável aponta para o Brasil a necessidade de atingir primeiro a quantidade para depois, aos poucos, irmos conseguindo qualidade. Nós não concordamos com isso. Vejam por exemplo a nossa rêde de escolas de primeiro grau: são 170 mil escolas, muitas com apenas uma sala, outras com várias e apenas uma professôra. Como podemos controlar qualidade nessas condições?"

A principal razão apontada pelo Ministro Jarbas Passarinho para o alto número de crianças que não chegam a frequentar escola não é o problema sócio-econômico. "É principalmente o currículo deficiente, que não corresponde à necessidade real de aprendizado que faz com que os próprios pais pensem que não adianta colocar o filho em escola, onde êle não vai aprender nada de útil."

— Com a reforma do ensino fundamental — continuou o Ministro — faremos já nessa faixa pré-opções profissionais, embora alguns psicólogos considerem que na idade de sete a 14 anos é ainda cedo para a criança escolher. Êsse sistema de pré-opção será porém destinado apenas aos alunos mais maduros que desejarem essa orientação.

VOCAÇÕES

São três as áreas que o Govêrno considera prioritárias para a formação de profissionais: tecnologia, ciência e saúde e formação de professôres. A formação de professôres é considerada de grande importância e o Ministro citou estatísticas comprovando que apenas 4 mil professôres, dos 45 mil do ensino superior, têm mestrado e doutorado e que 70% do professorado de segundo grau são formados por leigos.

Segundo o Ministro, "as universidades devem crescer respeitando as nossas necessidades reais. O Govêrno não proíbe que os estudantes façam o curso que preferirem, mas as áreas prioritárias precisam ser atendidas. Os cursos de Medicina, por exemplo, têm uma média de sete candidatos para cada vaga. Devem ser aumentadas essas vagas, mesmo com prejuízo de outras áreas onde a necessidade fôr menor".

— Precisamos repensar o ensino, criando escolas que desde o primeiro ano preparem o indivíduo para exercer a cidadania democrática, comentou o Ministro. A seguir, lembrou a cadeira de Educação Moral e Cívica, criada exatamente neste sentido: "Não para a promoção do Govêrno, mas para a defesa do regime."

ABSTRAÇÃO

Falando aos Secretários de Educação sôbre o ensino secundário, o Ministro Jarbas Passarinho destacou a importância da profissionalização de nível médio que a reforma permitirá. "Atualmente em São Paulo existem técnicos de nível médio que estão ganhando mais que funcionários públicos de nível universitário. Além disso, o nôvo ensino secundário acabará com a abstração do "aluno médio", que obriga alunos de aprendizado mais rápido ou mais lento a acompanharem um ritmo único."

Pelo nôvo sistema de ensino médio, os alunos poderão completar o curso secundário nos três anos regulamentares, em quatro anos, caso seu processo de aprendizagem seja mais lento, ou até em um ano e meio, caso sua dotação seja excepcional.

O Ministro destacou ainda a importância do crescimento do Orçamento federal para a educação, que aumenta a cada ano, e lembrou que "pela primeira vez na Hiistória da República a educação recebe a percentagem mais alta do Orçamento federal. Mas mesmo que êsses recursos fôssem dobrados — o que é impossível — ainda seria pouco."

Finalmente, o Ministro chamou a atenção dos Secretários para a participação da educação na nova legislação dos tóxicos, lembrando que a parte educacativa é a mais importante, pois atua como preventivo. Disse que a lei determina inclusive o trancamento de matrícula de estudantes portadores ou viciados em tóxicos, e que as Secretarias estaduais "não devem perder de vista a lei, para que participem de seu cumprimento."

Em Fortaleza Primeiro Congresso De Professôres De Ensino Superior

No período de 17 a 22 de outubro do corrente ano, realizar-se-á, em Fortaleza, o I Congresso Nacional de Professôres do Ensino Superior, congregando docentes de todos os Estados da Federação, para debater problemas de interêsse da categoria.

Duas comissões serão constituídas: a que apreciará os trabalhos relacionados com o regime de trabalho e remuneração do professor universitário, e a outra a incumbência de analisar os assuntos sôbre carreira e status profissional.

O PROGRAMA

O programa do conclave já foi aprovado e é o seguinte:

Dia 17 (domingo)

9h às 18h — Inscrições, apresentação de credenciais e entrega de material.
Local: Faculdade de Direito da U.F.C.
20h às 22h — Sessão solene de instalação do Congresso.

Dia 18 (2a. feira)

9h às 12h — Reunião da Comissão de Regime de Trabalho e Remuneração.
15h às 18h — Reunião da Comissão de Carreira e "Status" Profissional.
20h às 22h — Sessão plenaria.

Dia 19 (3a. feira)

9h às 12h — Reunião da Comissão de Regime de Trabalho e Remuneração.
15h às 18h — Reunião da Comissão de Carreira e "Status" Profissional.
20h às 22h — Sessão plenária.

Dia 20 (4a. feira)

9h às 12h — Reunião da Comissão de Regime de Trabalho e Remuneração.
15h às 18h — Reunião da Comissão de Carreira e "Status" Profissional.
20h às 22h — Sessão plenária.

Dia 21 (5a. feira)

9h às 12h — Reunião da Comissão de Regime de Trabalho e Remuneração.
15h às 18h — Reunião da Comissão de Carreira e "Status" Profissional.
20h às 22h — Sessão plenária.

Dia 22 (6a. feira)

Manhã e tarde — Livres.
20h — Sessão solene de encerramento.

Obs.: A programação turística e social será cumprida paralelamente às atividades do Congresso.

CRUTAC-Pe PROMOVEU FESTA JUNINA

A coordenação do CRUTAC-Pe. promoveu uma festa junina, em Joaquim Nabuco, sede de um dos seus núcleos, com a participação de professôres, estudantes e da comunidade local. Os moldes típicos que caracterizam essa tradicional festa folclórica da Região, foram seguidos à risca pelos promotores e participantes da mesma.

Um dos pontos altos dêsses festejos juninos foi o casamento matuto, que percorreu artérias da cidade, tendo como veículo o carro de boi. Os noivos deram um colorido alegre arrancando aplausos do numeroso público. Fogueira, pamonha, canjica, milho cozido, fogos, quadrilha, roupas típicas, etc., constituiram a festa.

INTEGRAÇÃO

A professôra Haidée Teixeira, coordenadora do CRUTAC, foi a responsável pela promoção, tendo alegado que o objetivo principal da sua iniciativa foi estabelecer mais um elo de integração entre professôres, alunos e a comunidade rural daquela área, já que integração, no seu entender, deve ser feita de maneira global, isto é, somando tôdas as potencialidades e recursos materiais e humanos existentes.

Dessa maneira viveu a comunidade de Joaquim Nabuco uma noitada alegre recebendo em forma de festejos, mais uma mensagem dos que estão à frente dos trabalhos de interiorização da Universidade Federal de Pernambuco.

DEE DINAMIZA PROGRAMA DE BÔLSAS DE TRABALHO

Djair Barros Lima (foto) amplia atendimento aos estudantes.

No dia 15 de junho próximo passado, no salão nobre da reitoria da Universidade Rural de Pernambuco, foi realizada a solenidade de implantação do convênio referente a Bôlsas de Trabalho.

O Convênio foi celebrado pelo economista Djair Barros Lima, Coordenador das Bôlsas de Trabalho em Pernambuco e o Reitor da Rural Prof. Adierson Erasmo de Azevedo.

Presentes à solenidade estiveram diversas autoridades civis, militares e universitárias e, na ocasião usaram da palavra o Presidente do Diretório Central dos Estudantes, Universitário José Paulo Novaes, e o Magnífico Reitor da UFRPe.

Para dar início ao programa de concessão das Bôlsas de Trabalho a Universidade Rural selecionou 73 estudantes bolsistas, os quais foram encaminhados às emprêsas aceitantes, sendo 30 estudantes de Agronomia e 43 de Veterinária.

É digno de nota a referência do Reitor da Rural ao nome de Djair Barros Lima, que, segundo suas palavras, vem dando um impulso considerável como Coordenador da Sub-Comissão em Pernambuco, a qual está colocada entre as melhores do Brasil pelo sucesso que vem alcançando o Programa. Afirmou ainda o Reitor da Rural a importância que representa para o universitário brasileiro a bôlsa de trabalho, uma vez que significa a prática efetiva na emprêsa pública ou privada, como também a oportunidade, através de uma prática efetiva, de empregar seus conhecimentos profissionais, sem deixar de lado, o auxílio financeiro pois a bôlsa se destina ao estudante carente de recurso.

Com a lavratura de tal convênio, a Universidade Federal de Pernambuco e sua Co-Irmã a Universidade Rural estarão integradas para dar maior amplitude ao programa de bôlsas de trabalho do Ministro Jarbas Passarinho.

CRÉDITO ESPECIAL

O Diretor da Divisão de Expediente Escolar da Universidade Federal de Pernambuco, professor Djair Barros Lima enviou ao Ministro da Educação e Cultura, um demonstrativo da evolução do Programa de Bôlsas de Trabalho no qual demonstra a necessidade de ampliação do programa da Assistência estudantil

Declarou à nossa reportagem o professor Djair Barros Lima que solicitou do Ministério da Educação e Cultura a abertura de um crédito especial no valor de Cr$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) a fim de fazer frente ao crescente número de bôlsas concedidas.

Vale salientar que esta quantia corresponde apenas à contribuição do Ministério da Educação e Cultura que equivale à têrça parte da bôlsa, ou seja, a bôlsa possui um valor unitário de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros) cabendo à Divisão de Expediente Escolar Cr$ 50,00 (cinqüenta cruzeiros) ao Ministério da Educação e Cultura Cr$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) e a entidade aceitante, no caso, o empregador, Cr$ 100,00 (cem cruzeiros).

Nessa estrutura a Divisão de Expediente Escolar vem desenvolvendo o programa, cuja dimensão assume proporções consideráveis levando-se em consideração que o número atual de bôlsas concedidas atinge a 644 (seiscentos e quarenta e quatro unidades) afora os convênios a serem celebrados com entidades públicas e privadas.

Desta forma a Universidade Federal de Pernambuco vem desenvolvendo uma política educacional das mais eficientes, considerando-se as inúmeras dificuldades de ordem financeira que atravessa, no entanto a canalização de recursos para os órgãos especializados, tem sido efetuada de uma maneira cautelosa e meticulosa para que tais recursos sejam aproveitados, e dêles sejam retirados os mais proveitosos resultados.

Esta tem sido a política financeira desenvolvida pelo Magnífico Reitor Prof. Murilo Humberto de Barros Guimarães, o qual deixará seu nome ligado à história da Universidade Federal de Pernambuco pela Administração eficiente e futurosa, dando à Universidade Federal de Pernambuco a condição de maior universidade nordestina.

HOSPITAIS

O Hospital de Pronto Socorro do Estado, solicitou ao Coordenador da Sub-Comissão de Bôlsa de Trabalho da UFPe., Prof. Djair Barros Lima, a seleção de 50 (cinqüenta) universitários do Curso de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem para estagiarem, no sistema de bôlsa de trabalho, naquele nosocômio.

Aos poucos a Sub-Comissão de Bôlsas de Trabalho está conseguindo ultrapassar o problema da carência no mercado de trabalho na área de saúde, conseguindo o Projeto atingir "in totum", a sua finalidade precípua: integrar o estudante e a emprêsa, como também a aplicação e vivência práticas na profissão escolhida.

ESTAGIO OBRIGATÓRIO PARA OS ESTUDANTES DE DIREITO

A Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Pernambuco, vem exigindo dos bacharelandos do curso jurídico, um estágio regular de 2 (dois) anos, a fim de que possa facultar aos novos advogados o exercício regular da profissão.

Vários universitários, estudantes de Direito, procuraram a Divisão de Expediente Escolar, para que a mesma acordasse com a Ordem dos Advogados para que os estagiários de bôlsas de trabalho que estivessem prestando serviços ou atividades forenses tivessem, para os efeitos exigidos, o seu tempo de estágio obrigatório incluído no período regular do contrato de bôlsa de trabalho, celebrado com a entidade aceitante.

A Sub-Comissão estabelecerá contato com a Ordem dos Advogados, para regularizar tal situação, uma vez que trará benefícios aos bolsistas que estiverem nesta situação.

Isto demonstra que as bôlsas de trabalho vêm cumprindo plenamente a sua finalidade, e que, atualmente, exerce o papel supridor das deficiências curriculares, proporcionando ao universitário o máximo de vivência prática necessária ao exercício regular da profissão escolhida.

Fenômeno Urbano Motivou Conferência no Seminário

(Continuação da 5ª página)

2 — Espaços periféricos à área nuclear nacional

2.1 — Periferia integrada

a — Subtropical: — Região Sul
b — Tropical: — Região Sudeste mais o sul de Mato Grosso e Goiás.

2.2 — Periferia sêmi-integrada: — Nordeste

2.3 — Periferia não integrada: — Amazônia (Amazônia Legal)

3 — Espaços periféricos às áreas nucleares regionais: — os das zonas de influência das respectivas metrópoles regionais.

Indagação do maior interêsse (com ela, pretendemos concluir) seria a referente às relações entre o desenvolvimento brasileiro projetado no espaço geográfico segundo o modêlo "centro-periferia" e o problema das desigualdades regionais da expansão econômica. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, eram os seguintes, em 1965, os quantitativos do produto nacional bruto por habitante, em dólares, nas diferentes macroregiões brasileiras: Sudeste, 329 (subindo, porém, para 415 no caso do Estado de São Paulo), Centro-Oeste, 214; Sul, 197; Norte, 96; Nordeste, 93 (caindo, porém, para 61 no caso do Nordeste Ocidental). As desigualdades são, pois, muito acentuadas. Acresce que cerca de 80% do PNB concentram-se nas regiões Sudeste e Sul. Prossegue na sua marcha o processo cumulativo que gerou irreversìvelmente o crescimento diferencial em favor do espaço que veio a formar a "área nuclear nacional".

Variam de espaço para espaço os efeitos da urbanização da economia que, em têrmos espaciais, se traduz no modêlo "centro-periferia". Motivam essas variações circunstâncias ligadas à posição geográfica da região bem como às pecularidades das suas condições e à época de ocorrência da mudança. Tudo indica, entretanto, que, nas diferentes periferias e nos casos mais gerais, as relações externas das economias regionais se têm tornado mais desfavoráveis ou mais adversas, acarretando um agravamento relativo da situação das áreas econômicamente inferiorizadas.

A matéria está certamente a merecer pesquisas e estudos com a finalidade, entre outras, de se precisar até que ponto o crescimento da economia nacional segundo o modêlo mencionado agrava o mais sério dos problemas brasileiros: o da desigualdade regional do desenvolvimento, que divide o país em duas partes, a da opulência e a da pobreza. Ou seja, até que ponto dito modêlo estaria criando efeitos de colonialização em relação a amplos espaços constitutivos das áreas periféricas. Aspectos a serem abrangidos por êsses estudos:

1º — As formas e processos de transferência de renda das regiões periféricas para a área nuclear nacional entre as quais: a) a natureza das trocas interregionais (produtos manufaturados por produtos primários); b) a formação e utilização da receita cambial; c) os defeitos do sistema tributário; d) a canalização de poupanças via mercado de capital;

2º — A estrutura setorizada (aliás inevitável) da administração federal (agricultura, transportes, minas e energia, indústria e comércio) com a tendência natural de se aquinhoarem melhor em cada setor, as áreas geográficas que, dentro dêle, têm maior participação. Registre-se que a única faixa administrativa onde prevalece a abordagem espacial é a do Ministério do Interior, o qual, entretanto, não pôde impedir que o critério apenas regional com que se aplicavam os incentivos fiscais para o Nordeste e o Norte fôsse quebrado, pela pressão de sentido setorial, em favor da pesca, do reflorestamento e o do turismo.

3º — O grau de participação das áreas periféricas e das áreas nucleares nos escalões decisórios.

Ministro Quer Aumentar o Número de Livros Técnicos

Mais uma medida no campo do ensino foi anunciada pelo Ministro Jarbas Passarinho: a aplicação, ainda êste ano, de Cr$ 10 milhões na compra de títulos para livros técnicos. "Vou abarrotar as bibliotecas centrais e setoriais e colocar pelo menos um livro à disposição de cada 10 alunos."

Ao comentar, em entrevista coletiva, os principais pontos da reforma do ensino médio, o Ministro Jarbas Passarinho disse que os cursos pré-vestibulares têm agora vida curta e os colégios particulares, para sobreviver, terão de se conjugar, de realizar pools, explorar as partes comuns e investir nas oficinas.

PROVOCAÇÃO

Essa nova medida do Ministério da Educação não deveria ser revelada agora, mas uma pergunta pegou o Ministro Jarbas Passarinho de surprêsa e êle não teve outra saída. Êle não queria dar entrevistas, mas depois voltou atrás e resolveu conceder 10 minutos, que foram se estendendo até que êle avisou "chega por hoje". Haviam se passado 40 minutos.

— Ministro, a Organização Pan-Americana de Saúde tem um plano para uniformizar o livro de Medicina do continente. A primeira experiência já foi feita, São Paulo e Guanabara (UFRJ) estão utilizando o plano, e nessas obras não existe um único autor brasileiro. O Sr. sabia disso?

RESPOSTA

— Acontece, meus caros, que a Universidade pode fazer convênios bilaterais. São independentes. Neste caso o Ministério da Educação pode fazer o papel de marido traído. É sempre o último a saber. Êsse sistema da OPAS é perigoso. Uniformizar livros é totalitarismo. Sou contra. Então vou revelar uma coisa a vocês.

— Vou jogar Cr$ 10 milhões na compra de títulos para livros técnicos. Vou abarrotar as bibliotecas centrais e setoriais, como as de Medicina. Vou colocar, pelo menos, um livro à disposição de cada 10 alunos. E isso é apenas o começo.

REFORMA

Preferindo não comentar item por item o projeto de reforma do ensino, o Ministro Jarbas Passarinho fêz algumas considerações e esclareceu pontos que considerou importantes. Segundo êle, a lei é para todos, colégios particulares ou estaduais. Sua vigência é imediata, mas sua aplicação é gradual e não será uniforme para todos os Estados. Nem todos poderão aplicá-la já.

— A parte normativa é a mais fácil. O pior é a implantação.

— O vestibular vai acabar?

— O vestibular no Brasil só acabará quando a demanda fôr igual à oferta. Não é o nosso caso. Sòmente um país em todo o mundo conseguiu isso: os Estados Unidos porque lá todo mundo paga. A União Soviética é seletiva e êles se gabam disso.

— E os cursos pré-vestibulares?

— A curto prazo não acabaremos com êles. Mas a médio e a longo prazo estão com seus dias contados. Vocês precisam saber que êles existem desde que fui candidato à Escola Militar. Quando cheguei do meu Pará havia cursos que ainda hoje existem. Não podemos extingui-los de uma hora para outra.

POSSÍVEL SOLUÇÃO

— Aumentar as vagas nas áreas mais necessitadas seria uma solução. Eu gostaria de lhes explicar uma coisa. Os socialistas planificam a educação levando em conta as necessidades do Estado e não do indivíduo. Já os liberais, que não descobriram que já morreram, acham que só é bom para o Estado aquilo que é bom para o indivíduo.

Nosso objetivo é chegar a um meio têrmo. Fazer a planificação da educação levando em conta os interêsses do Estado, mas sem violentar a consciência individual, a vocação de cada um. Por isso atenderemos as áreas que já consideramos prioritárias: saúde, tecnologia e formação de professôres.

— Confesso que estou disposto até a usar um certo sistema coercitivo. Você quer estudar Economia? Temos excedente neste campo, mas não daremos a você bôlsas-de-estudo. Essas ficarão para áreas prioritárias. Não sei se isso dará resultado. Mas temos de tentar.

PARA TODOS

Segundo o Ministro Jarbas Passarinho, a reforma é para todos, colégios particulares ou estaduais. Embora reconhecendo a limitação de alguns, êle acha que os estabelecimentos particulares, para sobreviver, terão que se curvar ante a reforma.

— Êles terão que fazer pools, explorar as partes comuns e investir nas oficinas, nos ginásios orientados para o trabalho. Acredito até que alguns colégios particulares deverão fazer um trabalho melhor do que alguns estabelecimentos oficiais.

GINÁSIO E TRABALHO

Considerado um dos pontos mais importantes da reforma a implantação dos ginásios orientados para o trabalho em todo o país, o Ministro Jarbas Passarinho adiantou que em 1973 ou 1974 o Brasil terá cêrca de 300 dêsses ginásios.

— Estamos usando 64 milhões de dólares (mais de Cr$ 320 milhões) para êsses ginásios. Uma parte começará a ser implantada no segundo semestre dêste ano; a maioria em 1972 e o restante em 1973 e 1974. Quatro Estados terão preferência por fôrça de convênios já assinados: Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo. Com o convênio assinado com a USAID (Cr$ 50 milhões), mais oito Estados serão selecionados. Mas em cada capital de Estado haverá um ginásio-modêlo. Quanto a isso não há dúvida.

AÇÃO DO INL

O Ministro Jarbas Passarinho desmentiu que a USAID tivesse cortado um de seus muitos convênios com o MEC. Falou-se no realizado com a Colted, extinta e absorvida pelo Instituto Nacional do Livro.

— A Colted se voltava para dois campos: distribuição gratuita de livros e criação de bibliotecas. Na primeira etapa eu via algumas deficiências. Não é justiça social dar livros de graça para o rico e pobre. Nós achamos então que o INL existia e que a êle cabia a política nacional do livro. Êle levará então o livro ao Brasil como um todo e não a algumas partes, como acontecia com a Colted. A USAID concordou com a reforma desta política nacional do livro e pronto. Não houve nenhum rompimento, pelo menos que eu saiba.

MATRÍCULAS

— Quantos alunos poderão se matricular graças ao Artigo que prevê o entrosamento de estabelecimentos de ensino entre si, visando o aproveitamento de sua capacidade ociosa?

— Isto ainda não está qualificado. A Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino falou em 1 milhão de vagas, mas a rigor não se pode falar nisso. Querem um exemplo? Há n vagas em Ipanema e n vagas no Méier. Um tem mais do que o outro. Eu não posso levar para o Ipanema o pessoal que sobrou no Méier e vice-versa. Então precisamos de um levantamento cadastral e é isso que faremos.

Ensino Fundamental Vai Ser Prioritário

A participação do Ministério da Educação no Orçamento federal poderá chegar êste ano a 12,7%, "o que representa pela primeira vez o cumprimento da lei", afirmou na Escola Superior de Guerra, o Ministro Jarbas Passarinho.

Ao analisar o desenvolvimento dos diferentes níveis de ensino, comentou que a prioridade deve ser dada à educação fundamental, interiorizando ao máximo a escolarização, e afirmou que não existe hoje nenhum problema de quantificação de meios para enfrentar o analfabetismo, graças aos recursos provenientes do Impôsto de Renda e da Loteria Esportiva.

DENTRO DA LEI

— Apesar disso — continuou — os meios serão sempre insuficientes. Ninguém em nenhum país do mundo dá educação em todos os níveis ao mesmo tempo. Se o orçamento do MEC fôr integralmente distribuído, nós pela primeira vez superaremos o índice estabelecido em lei, que é de 10% do orçamento federal. Estamos investindo Cr$ 1,2 bilhões em educação, mas os gastos caíram de 4,7% para 3,8% em relação ao Produto Nacional Bruto.

Ao abordar o problema do analfabetismo, o Ministro Jarbas Passarinho disse que "possivelmente ainda na década de 1970 êle será superado".

— De outubro de 1969 até agora já estão registrados 500 mil alunos dentro do Projeto Minerva e até o final do ano deverão estar alfabetizadas 1,5 milhão de pessoas.

QUANTIDADE X QUALIDADE

Embora afirmando que a educação deve ser desenvolvida em todos os níveis, o Ministro da Educação observou que "para crescer em quantidade não devemos prejudicar a qualidade do ensino, daí a restrição ao aumento indiscriminado de vagas e o problema dos excedentes".

— Apesar de tudo isso, oferecemos êste ano 170 mil vagas para o primeiro ano dos cursos superiores e já estamos com um total de 500 mil alunos dêsse sível.

Preparar prioritàriarneste as carreiras técnicas, as ciências de saúde e a formação de professôres, foram as metas definidas pelo MEC, como bases de estratégia e planejamento da educação.

TREINAMENTO

— Vamos, de saída, cuidar de aproveitar os 40% de professôres leigos que existem no magistério primário, reunindo-os em centros geográficos de transporte, para um treinamento intensivo de três meses. Vamos tratar também de levar a escola o mais possivel para perto dos aglomerados humanos.

No ensino médio procuraremos atender às necessidades de momento, procurando sobretudo formar professôres, mediante cursos de licentiatura mantidos graças a convênios com universidades. Nestes moldes firmamos contrato entre a Universidade do Pará e o Município de Santarém.

DOIS CRITÉRIOS

Para captarmos de cada mil os 300 alunos que não são alfabetizados e os outros que vão saindo em diversos níveis, estabelecemos um sistema supletivo, representado pelo Mobral, cursos de educação de base, madureza para o primário e secundário.

Voltando ao problema dos excedentes o Ministro disse que em qualquer país existe o critério da seletividade e que o que precisa haver numa universidade é o caráter democrático — "atualmente apenas 10% do alunato superior são compostos de filhos de operários e trabalhadores rurais, registrando-se 70% provenientes da classe média e 20% de abastados. Apesar disso a nossa situação não é tão ruim se lembrarmos que na França, a participação de operários e trabalhadores rurais chega a seis por cento apenas".

SUDENE Participa à UFPe Realização de Simpósio Sôbre Xisto em Curitiba

O reitor Murilo Guimarães recebeu do Departamento de Recursos Humanos da SUDENE, a seguinte comunicação:

"Em nome do Diretor do Departamento de Recursos Humanos, comunicamos a V. Magnificência que a Academia Brasileira de Ciência fará realizar, em dezembro do corrente ano, na Faculdade de Engenharia Química da Universidade Federal do Paraná — Curitiba, um Simpósio sôbre Ciência e Tecnologia do Xisto, onde serão discutidos temas relacionados ao aproveitamento do Xisto e do qual participarão cientistas brasileiros e estrangeiros.

Para estimular a atuação dos jovens em problemas de relevância para o País, resolveu a Comissão de Organização do Simpósio instituir um concurso sôbre o tema "XISTO BRASILEIRO", que constará de trabalhos a serem apresentados dentro das regras que se seguem:

Regras para o concurso.

1. Poderão participar do concurso alunos matriculados em quaisquer dos cursos de graduação de Universidades.
2. O trabalho poderá ser realizado individualmente ou por grupos de até três alunos.
3. O trabalho deverá versar sôbre qualquer assunto relacionado com o Xisto (folhelhos pirobetuminosos), procurando explorar o tema em profundidade.

Tôdas as proposições não verificadas pràticamente, terão que ser técnica e cientìficamente bem cirunstanciadas (mesmo se o trabalho se propuser a fazer ficção científica).

4. O prazo final para o recebimento dos trabalhos será 31 de julho de 1971.
5. Os originais datilografados em duas vias, devem ser encaminhados à Academia Brasileira de Ciência — Simpósio sôbre Ciência e Tecnologia do Xisto — Rua Anfilófilo de Carvalho, 29 — 3.º andar — Caixa Postal 229 ZC-00 Rio de Janeiro — Guanabara.

Os autores dos trabalhos premiados receberão passagem de ida e volta de sua cidade e auxílio para as despesas de estada, durante o período do Simpósio — 12 a 17 de dezembro do corrente ano.

Servimo-nos do ensejo para expressar a V. Magnificência protestos da mais elevada consideração.

UFPe TEM VÁRIOS CURSOS DE MESTRADO

Os cursos de mestrado têm por objetivo a preparação de pessoal docente especializado e especificamente treinado, suprindo assim, a Universidade brasileira de elementos humanos qualificados para as tarefas de ensino e pesquisa em graus avançados nos diversos caminhos da ciência.

No intuito de divulgar os cursos de pós-graduação na UFPe. para orientação dos interessados o JU passa a relacionar os diversos cursos de mestrados em prática na Universidade.

MESTRADO EM BIOQUIMICA

O Mestrado em Bioquímica oferece 20 vagas, anualmente. O candidato terá que se inscrever no curso, apresentar diploma de curso de graduação relacionado a pós-graduação em questão, acompanhado do "histórico escolar" assim apresentar "curriculum vitae" qualificando-se através de um processo de seleção.

As inscrições estão abertas, cada ano, de 1 de agosto a 31 de janeiro e poderão ser feitas, pessoalmente, ou por correspondencia. O candidato deverá solicitar a Secretaria de Pós-Graduação um formulário especifico que deverá voltar à mesma Secretaria apos devidamente preenchido.

Testes psicológicos apropriados e uma entrevista com um dos membros da Comissão de Pós-graduação completam o processo seletivo. O candidato poderá então inscrever-se nos "cursos de revisão" em Matematica, Fisica Geral, Introdução Geral à Bioquimica Fisica, Química Organica, Biologia e Bioquimica. A Universidade oferece bôlsas para a fase de revisão que deverão ser pleiteadas pelos candidatos às diversas instituições cientificas financiadoras como, por exemplo CAPES, CNPq., etc.

DURAÇAO DO CURSO

O grau de "Mestre em Bioquímica" deverá ser obtido num prazo maximo de 4 anos de curso. O tempo requerido à obtenção do referido grau, todavia, dependendo da qualidade do aluno, poderá ser reduzido para um tempo médio de 3 anos e minimo de 1 ano. Preferencialmente o aluno deverá realizar o Mestrado em regime de tempo integral e dedicação exclusiva. O curso funciona pelo sistema de créditos.

É coordenador do curso de Mestrado o Prof. Dalmo de Oliveira, doutor em Medicina, Ph.D em Bioquímica, (Universidade de Tulane, New Orleans) prof. Titular de Bioquimica em exercício.

O Mestrado conta com onze alunos, presentemente.

MESTRADO EM MATEMATICA

A reportagem do JU foi recebida no Instituto de Matemática pelos professôres Ruy Luis Gomes e José Morgado, ambos portuguêses, aliás uma constante no Instituto de Matemática que foi fundado por professores brasileiros e portuguêses, conjuntamente.

O Instituto de Matemática da Universidade Federal de Pernambuco oferece cursos de Seminários de Pós-Graduação que conduzem ao grau de Mestre assim como Cursos de Iniciação Científica, destinados a complementar a formação dos candidatos ao Mestrado.

MATRICULA E PERIODOS LETIVOS

A matricula poderá ser feita em qualquer época do ano. Os períodos letivos estão divididos em três etapas, indo o primeiro de 2 de janeiro a 5 de março, o seguinte de 15 de março a 30 de junho e o terceiro de 15 de agosto a 30 de novembro.

Os exames finais de Mestrado serão realizados na primeira quinzena de agosto e durante o mês de dezembro. O sistema usado é o de créditos.

DESDE 1967

O mestrado em Matemática funciona desde 1967, e tem sido procurado por alunos de outros estados do Nordeste.

ECONOMIA E SOCIOLOGIA

O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas oferece um Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia (PIMES). O curso de Economia funciona na Faculdade de Ciências Economicas, é seu coordenador o prof. Manuel Correia de Andrade.

O Mestrado em Sociologia funciona no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas sob a coordenação geral do prof. Renato Santos Duarte.

OS QUE PODEM CONCORRER

São candidatos ao Mestrado em Economia e Sociologia economistas, solólogos, engenheiros, matemáticos, arquitetos agrônomos, administradores, advogados, graduados em Filosofia, História, Geografia e Serviço Social.

SISTEMA E INSCRIÇOES

O sistema adotado é o de créditos e as inscrições estão abertas de julho ao fim de outubro. O teste seletivo realiza-se em dezembro.

MESTRADO EM NUTRIÇAO

O Instituto de Nutrição, sempre um passo à frente, graças ao entusiasmo do seu criador, o prof. Nelson Chaves acaba de firmar um convênio com o Fundo Internacional de Socorro à Infância para a manutenção do curso de Mestrado em Nutrição que já vem funcionando com 14 candidatos não só de Pernambuco como de vários Estados do Nordeste.

É seu coordenador geral o Prof. Bertoldo Kruze.

Instituto de Nutrição Tem Novo Diretor

Assumiu a direção do Instituto de Nutrição de nossa Universidade o Prof. Álvaro Vieira de Melo, que vinha exercendo o cargo de vice-diretor desde 1967.

Formado em Medicina na turma de 1944 da Faculdade de Medicina da UFPe. Por concurso de provas e títulos exerceu os cargos de livre docente da Faculdade de Medicina, na Cadeira de Higiene e na Faculdade de Farmácia e professor catedrático interino da Cadeira de Higiene e Medicina Preventiva e Medicina do Trabalho da Faculdade de Medicina.

O Prof. Álvaro Vieira de Melo tem inúmeros cursos de aperfeiçoamento tanto no sul do país como no exterior. Tem colaborado ativamente em vários cursos aqui realizados, sobretudo na área de Nutrição e Saúde Pública.

Já exerceu o cargo de Secretário de Saúde e Assistência Social do Estado de Pernambuco.

É vasta a sua bibliografia, com mais de dez trabalhos publicados, todos nas áreas de sua especialização.

Continuar o trabalho do Prof. Nelson Chaves, idealizador, criador e implantador, não só do Instituto de Nutrição de nossa Universidade, como da própria profissão de Nutricionista é a minha meta prioritária.

Estas são palavras do Prof. Álvaro Vieira de Melo, recém-eleito diretor do Instituto de Nutrição, na vaga do Prof. Nelson Chaves, agora pró-reitor para assuntos científicos.

Não poderia, entretanto, ficar o Instituto de Nutrição totalmente separado do seu criador: o Prof. Nelson Chaves continua sua dedicação ao Instituto como seu consultor científico.

Vasta programação

Temos uma vasta programação para o corrente ano e também para prazos mais latos, aliás o êxito da maioria de nossos trabalhos está em sua continuidade — declarou-nos o Prof. Álvaro Vieira de Melo e prosseguiu: a direção do Instituto de Nutrição tinha em mente a realização de um programa desenvolvimentista de significação econômico-social em área nordestina. Entretanto a deficiência de recursos vinha fazendo com que nossos projetos fôssem adiados. Um dêles, porém, foi encaminhado pelo reitor Murilo Guimarães à Fundação Ford, pleiteando o auxílio financeiro dessa organização. Êsse auxílio nos foi concedido, frizou o Prof. Álvaro Vieira de Melo — e será, todo êle aplicado pela direção do Instituto de Nutrição com os seguintes objetivos: aperfeiçoamento de pessoal docente, desenvolvimento de pesquisas no campo da nutrição, das ciências sociais, da economia, da agricultura e da bioquímica.

Convênio entre o Instituto de Nutrição e UNICEF

O Fundo Internacional de Socorro à Infância (UNICEF) firmou convênio com o Instituto de Nutrição para a manutenção de curso de Pós-graduação ao nível de Mestrado em Nutrição. Êste curso está funcionando com 14 concluintes de vários Estados do Nordeste.

Com a Organização dos Estados Americanos

Através do govêrno da Suíça a OEA firma um consórcio com o Instituto de Nutrição no campo da tecnologia alimentar, com a maior aplicação para os produtos regionais tais como frutas nordestinas e misturas protéicas.

Já se encontra no Recife, o dr. Paul Spoorenberg, economista especializado em alimentação, planejamento e mercado.

O convênio com o govêrno suíço está previsto para um prazo de dez anos. O Consórcio suíço além do material para as pesquisas ficará responsável pela vinda de três técnicos: um economista, um engenheiro especializado em tecnologia alimentar e um agrônomo.

Ao mesmo tempo serão propiciados campos de ensino e estágios aos técnicos locais na Suíça ou em outros países.

A Organização Mundial de Saúde

Continuação do convênio já mantido com a OMS através de sua representação no Brasil com a permanência de um bioquímico por mais dois anos no Instituo de Nutrição e a vinda de outro assessor em substituição ao dr. Ivan Beguin que foi nomeado para a chefia do Departamento de Saúde Pública na Guatemala.

Um outro convênio, firmado recentemente, foi entre o Instituto de Nutrição e a Comissão Nacional de Alimentação para pesquisas visando o enriquecimento da farinha de mandioca .

Esta pesquisa já foi iniciada e o Prof. Álvaro Vieira de Melo, também membro de uma comissão nacional que estuda o assunto, apresentará, em julho próximo, na Guanabara, os resultados iniciais das pesquisas já realizadas.

Os Centros de Recuperação Nutricional

Após a experiência bem sucedida do Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco, na instalação de Centros de Educação e Recuperação Nutricional, vários Estados brasileiros passaram a se interessar pela criação de serviços idênticos aos nossos como atividade regular de Saúde Pública.

Essas foram declarações do médico Malaquias Batista da Silva, um dos colaboradores do Prof. Nelson Chaves, na luta contra a subnutrição infantil, uma das metas do Instituto de Nutrição.

Três Estados Nordestinos

Assim, a Secretaria de Saúde do Estado de Alagoas, acaba de instalar, em Maceió, dois Centros de Educação e Recuperação Nutricional — prosseguiu nosso entrevistado, e frizou, todos dentro do modêlo proposto pelo Instituto de Nutrição.

Por outro lado, o governador César Cals, do Ceará, deu instruções especiais à Secretaria de Saúde de seu Estado, para a construção, em regime prioritário, do I Centro de Educação e Recuperação Nutricional de Fortaleza.

Também consta da programação de saúde do Estado da Paraíba, formulada com a colaboração da SUDENE e pessoal técnico do nosso Instituto, a criação de serviços de recuperação e educação nutricional naquele Estado.

Outras regiões do País

Também de outras regiões do Brasil, frizou Dr. Malaquias, tem nos chegado solicitação de informações sôbre o método adotado em Pernambuco pelo Instituto de Nutrição para o combate à desnutrição grave em pré-escolares, como foi, ùltimamente interessado o Estado de Goiás.

Do Exterior

Mesmo fora do país, — salientou o dr. Malaquias Batista, nossa experiência começa a ser conhecida, como no exemplo da Argentina e Chile que remeteram médicos para obter subsídios sôbre os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto de Nutrição em comunidades urbanas e rurais de Pernambuco.

Outros Centros de Recuperação Nutricional

Outros centros de recuperação nutricional serão instalados pelo GERAN na zona canavieira. Êsses novos centros, graças a convênio firmado, terão a supervisão técnica do Instituto de Nutrição.

Também a CARITAS e a DIACONIA continuarão na manutenção dos Centros em funcionamento no interior e aqui na capital.

Sociedade Brasileira de Nutrição

Em maio último, por ocasião do III SIBAM, em Belo Horizonte, foi criada a Sociedade Brasileira de Nutrição. Apesar da presença de representante de quase todos os Estados brasileiros ao SIBAM, (Seminário Brasileiro de Alimentação) foram eleitos para presidente e secretário da nova Sociedade os professôres Nelson Chaves e Álvaro Vieira de Melo, respectivamente.

Esta escolha atesta a importância nacional que o Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco usufrui nos meios científicos do país.

JORNAL UNIVERSITÁRIO

Nº 11 — Recife — Julho — 1971 — Ano III

UFPe. Vai Ter Breve Seu Centro Esportivo

Professôres Apelam ao Presidente Contra a Extinção do "Peixe-Boi"

O mamífero Trichechus manatus manatus e Trichechus manatus latirostris (as duas espécies) conhecido, popularmente, como peixe-boi, em virtude do seu focinho de aspecto bovino e por adotar o regime herbívoro, cuja espécie está em fase de extinção, em todo o mundo, notadamente no Brasil. Entre nós, dois motivos principais são apontados como a causa dessa extinção: a caça indiscriminada e a reduzida prolifericidade (a fêmea procria uma vez apenas, ao ano).

Naturalistas e membros da Sociedade Protetora dos Recursos Naturais do Recife manifestaram sua reação contra a caça ao peixe-boi, telegrafando ao Presidente Garrastazu Médici apelando ao primeiro mandatário da nação para que determine a proibição à caça ao peixe-boi nos rios pernambucanos. O telegrama foi remetido no nome dos professôres Geraldo Mariz, Luiz Siqueira e Osvaldo Gonçalves de Lima, o primeiro, presidente e êstes, membros da referida Sociedade.

Inofensivo

Além do apêlo pròpriamente dito, os membros da Sociedade Protetora dos Recursos Naturais do Recife detalharam aspectos do mamífero: "Peixe-boi, animal manso, inofensivo, grande porte — cêrca de 300 quilos — A espécie está ameaçada de extinção merecendo, por isso proteção governamental".

É pensamento do professor Geraldo Mariz entrar em contatos com outros órgãos governamentais encarregados da proteção aos recursos naturais, a fim de que seja encetada ampla campanha contra a caça ao peixe-boi. Declarou que em países adiantados há proteção oficial a essa espécie de mamífero, que tem grande interêsse ecológico — colabora para o equilíbrio da natureza.

Recentemente foram fisgados três exemplares dêsse mamífero em estuários de rios pernambucanos. Em face de constituirem atração turística, foram oferecidos pelos seus pescadores, à Prefeitura Municipal do Recife, ao preço de quinze mil cruzeiros, cada, levando em conta ainda a raridade da espécie. Em Pernambuco, o primeiro peixe-boi, da família dos Trichechus manatus manatus, foi capturado em 1965, na propriedade do desembargador Armando Rabelo, que dista cêrca de três quilômetros ao sul da foz do rio Goiana, lindeiro com o Estado da Paraiba.

Polêmica e Estudos

Como até então ninguém ouvira falar nessa espécie de mamífero, a captura dêsse primeiro exemplar, naquele ano, suscitou polêmicas através da imprensa, notadamente após a entrevista concedida pelo desembargador Armando Rabelo, que afirmara tratar-se, realmente, de um peixe-boi. Levado pela sua curiosidade de naturalista, é que o prof. Newton Banks, chefe do Departamento de Zoologia e Microbiologia da Universidade Federal Rural deslocou-se ao local, a fim de realizar estudos zoológicos sôbre o peixe em aprêço, com vistas a determinar, cientificamente, a sua espécie.

Além dessa denominação foi chamado também de Sirênio, justamente porque pertence à família dos manati. E o prof. Newton Banks explica por quê: "O têrmo Sirênio, para designar mamíferos aquáticos, foi empregado pela primeira vez por Illiger, em 1811, em evocação às mitológicas sereias pelo fato dos referidos mamíferos, especialmente as fêmeas, lembrarem a figura humana, embora um tanto vagamente".

"Conhecidos também por lamantins, entre nós, são vulgarmente chamados peixes-boi, pelo seu regime herbívoro e pelo seu focinho de aspecto bovino", disse o prof. Banks, acrescentando:

— Conforme G. Pétit, a Ordem Sirênia está constituida por três famílias, cada uma delas possuindo um só gênero.

1) Família Trichechidae — Com o gênero Trichechus, criado em 1758 por Linneu, que prevalece sôbre Manatus, designação dada em 1780, por Storr.

2) Família Dugongidae — Possui o gênero Dugong, estabelecido em 1776 por Muller e com prioridade sôbre Halicore, criado em 1811 por Illiger. Suas espécies são exclusivamente marinhas.

3) Família Rhytinidade — Com o gênero Rhutina que, embora criado por Illiger, em 1811, tem sido preferido a Hydrodamalis, estabelecido em 1794, por Retzius.

Tinha uma única espécie, Rhytina gigas Zimmermann, 1870, confinada ao estreito de Behring, que foi extinta pelos caçadores, em 1854.

As Espécies Sul-Americanas

Continuou, o prof. Newton Banks: "Tôdas as espécies da América do Sul pertencem à família Trichechidae. Vejamos quais são elas e quais os seus caracteres, segundo o citado autor:

Trichechus inunguis Natterer, 1883 — Além de outros caracteres, não possui unhas nas nadadeiras peitorais, o que a distingue, imediatamente, das outras espécies.

Trichechus manatus latirostris Harlan, 1824 — Esta espécie na sua morfologia geral, muito se assemelha à anterior, da qual se distingue pelos seguintes detalhes: origem da nadadeira caudal muito mais estreita do que a metade da sua maior largura; bordo posterior da mesma nadadeira com um entalhe mediano. É exclusivamente fluvial.

Turismo

O exemplar capturado na foz do rio Goiana, hoje, motivo de atração turística na praça do Derby, segundo o mesmo professor é um macho com um metro e oitenta centímetros de comprimento, cujo pêso foi avaliado em cêrca de 180 quilos.

Há informações de que existem peixes-boi no curso inferior do Rio Goiana (703' latitude sul), os quais descem ao mar nas grandes enchentes ou tangidos pelas caldas das usinas de açúcar.

"Não é novidade a existência dêste sirênio em Pernambuco, pois já em 1516, conforme relata Pirajá da Silva, "havia muito peixe-boi no rio Igaraçu".

Um aspecto curioso é gue o peixe-boi, que habita, normalmente, em rios de água dôce, se alimenta de capim, às margens dos rios, além de plantas aquáticas. Êles vivem durante certo tempo fora d'água.

Amazonas

No Amazonas, a caça a êsse mamífero é intensa, pois, serve de alimento a sua carne e o couro é industrializado. Lá, é conhecido também por vaca marinha.

A Universidade Federal de Pernambuco terá em breve, seu Centro Esportivo, destinado a completar a educação ministrada a milhares de jovens com a prática salutar dos esportes **"Mens sana in corpore sano"**, conforme o antigo lema, hoje, mais do que nunca, exigido na formação integral da personalidade do jovem.

O desafio dos complexos problemas que vivemos reclama vigor físico ao lado da robustez mental, agora sob o amparo da Lei que determina a prática de esportes nas Universidades.

A Universidade Federal de Prnambuco instalará seu Centro Esportivo, no Campus (Cidade Universitária) com várias unidades que o integram, assim especificadas:

I — Estádio com capacidade estimada para 70.000 pessôas, provido das dependências necessárias ao seu real funcionamento;

II — Ginásio com capacidade para 8.000 espectadores;

III — Parque Aquático com capacidade para 3.000 espectadores, com piscina olimpica, trampolim, arquibancadas, etc.;

IV — Esportes coletivos campos de basquete, volei e futebol de salão; quadras (2) de tênis, campos de futebol (2) para treinamento;

V — Clube Universitário para atendimento à vida recreativa, artística e social dos universitários;

VI — Restaurante Universitário, moderno, com capacidade para 3.000 refeições;

VII — Zona Residencial para universitários, em blocos individuais, interligados, divididos em 2 setores, masculino e feminino, com capacidade para abrigar 3.500 estudantes.

VIII — Áreas de Estacionamento para veículos, no estádio, clube universitário e zona residencial.

Dos planos está a Universidade passando à realidade. Na próxima semana, serão encaminhados à Diretoria de Esportes e Educação Física do MEC. os projetos, com as respectivas plantas, referentes à construção do Campo de Futebol, pistas de atletismo, parte das arquibancadas, vestiária, departamento médico e alojamento e parque aquático.

Para esta primeira etapa será fornecida a verba de Cr$ 870.000,00 por aquela Diretoria, prevendo-se o inicio da construção na 2a. quinzena do mês corrente.

O parque aquático terá caixas de saltos ornamentais e piscina olimpica, vestiárias, etc.

É de justiça salientar a inestimável colaboração do Prof. Newton Sucupira Diretor do Departamento de Assuntos Universitarios que, incansavelmente, ampara todos os projetos que tendam a melhorar as condições da Universidade em todos os setores de suas atividades, constituindo-se um advogado e fiador permanente junto ao ilustre Ministro Jarbas Passarinho, sagrado "Ministro da Juventude", pelos universitários pernambucanos.

Êste Centro Esportivo vem contando com o decidido apoio e estímulo do Prof. Newton Sucupira, sempre presente ao lado do entusiasmo e incansável espirito empreendedor do Reitor Murilo Guimarães, o artífice, em resumo, de todo o desenvolvimento cultural da Universidade Federal de Pernambuco.

Achados em Goiana Novos Indícios de Nossa Pré-História

O arqueólogo Marcos Albuquerque, diretor do Setor de Arqueologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, a sua assistente Velêda Lucena, realizando pesquisas no Monumeno do Tejucupapo, em Goiana, descobriram três sítios arqueológicos indígenas.

Ao redor do obelisco, erigido em 1931 em homenagem às heroínas do Tejucupapo, o arqueólogo procedeu a abertura de três trincheiras, encontrando várias peças de cerâmica e uma gargalheira de metal, que era utilizada para acorrentar os escravos.

O interventor de Goiana, sr. Hélio José de Albuquerque. cedeu cinco trabalhadores braçais aos pesquisadores que permanecerão vários dias no povoado de Tejucupapo. A descoberta das peças antigas animou o professor Marcos Albuquerque que ontem chegou ao Recife a fim de levar para aquela cidade mais dois assistentes.

AS HEROINAS

O Monumento do Tejucupapo foi construído em 1931 em homenagem às mulheres que ao lado dos seus maridos derrotaram 600 holandeses. A resistência ao invasor ocorreu em 1646, e na refrega três oficiais inimigos e vários soldados morreram. Os flamengos sepultaram apenas os oficiais e por isso o arqueológo acha que encontrará ossadas humanas e armamentos.

O interventor Hélio José de Albuquerque Mêlo, concluída as escavações, iniciará contatos para a instalação do Parque Histórico à Mulher Brasileira do Tejucupapo.

SÍTIOS INDIGENAS

Realizando pesquisas nas imediações do obelisco, o arqueólogo e sua noiva encontraram várias peças de cerâmica, facas, pedras lascadas e raspadores, confeccionados por índios Tupi-Guaranis, que residiam naquelas imediações.

Velêda Lucena, a assistente e noiva do arqueólogo Marcos Albuquerque, disse que através das pinturas e cerâmicas pode-se definir a origem do sítio que foi habitado pelos índios Tupis-Guaranis. Adiantou ainda que quando as escavações do Monumento de Tejucupapo forem concluídas, a equipe de pesquisadores iniciará aberturas de trincheiras nos sítios indígenas.